



Revista de Sociologia e Política

ISSN: 0104-4478

EditoriaRSP@ufpr.br

Universidade Federal do Paraná

Brasil

Vieira Dias, André Luiz; Miceli Kerbauy, Maria Teresa
Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento
político dos brasileiros
Revista de Sociologia e Política, vol. 23, núm. 56, 2015, pp. 149-181
Universidade Federal do Paraná
Curitiba, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=23843009007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Engajamento cívico e escolaridade superior: as eleições de 2014 e o comportamento político dos brasileiros

Revista de
Sociologia
e Política

DOI 10.1590/1678-987315235607

André Luiz Vieira Dias e Maria Teresa Miceli Kerbauy

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar a influência da escolaridade sobre o comportamento político dos brasileiros. Supõe-se que a escolaridade é capaz de despertar um comportamento mais interessado, participativo e coerente, portanto, engajado, dos cidadãos. Nesse sentido, busca-se verificar (i) se os cidadãos brasileiros são informados e interessados por política; (ii) motivados em participar das eleições e outras atividades políticas e (iii) sua avaliação e satisfação em relação ao processo democrático. Destaca-se o comportamento daqueles que possuem o ensino superior completo, em comparação aos demais níveis de escolaridade, no intuito de identificar padrões comportamentais distintos. A partir dos dados obtidos pelo ESEB 2014, além da análise descritiva dos dados, aplicou-se o modelo de regressão logística, relacionando a variável escolaridade superior a outras variáveis agrupadas em quatro categorias: (a) aspectos socioeconômicos; (b) informação e interesse por política; (c) participação nas eleições, em atividades políticas tradicionais e em outras atividades políticas; (d) avaliação e satisfação política. Dessa maneira, verifica-se (i) que os brasileiros são pouco ou nada interessados por política; (ii) participam das eleições mas não das atividades tradicionais e novas formas de engajamento político; (iii) apoiam e estão razoavelmente satisfeitos com a democracia. Em relação aos mais escolarizados, temos o predomínio de mulheres, um público mais jovem e com renda familiar sutilmente superior à dos menos escolarizados. Aqueles que possuem o ensino superior completo tendem a se comportar de forma distinta: são levemente mais informados e interessados por política; apesar dos baixos percentuais encontrados, são os que mais participam das atividades políticas em geral; são os que mais apoiam a democracia, porém os mais insatisfeitos com o seu funcionamento. Esse estudo nos permite compreender os padrões comportamentais dos brasileiros e, mais especificamente, dos mais escolarizados, ainda pouco estudados pela Ciência Política no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: comportamento político; engajamento cívico; escolaridade superior; interesse político; participação política.

Recebido em 3 de Junho de 2015. Aceito em 29 de Julho de 2015.

I. Introdução¹

¹ Esse artigo é resultado do projeto temático Organização e funcionamento da política representativa do estado de São Paulo (1994 e 2014), desenvolvido por professores da UFSCar, UNESP, UNICAMP e USP, com financiamento da Fapesp (projeto n. 2012/19330-8).

Agradecemos aos pareceristas anônimos da *Revista de Sociologia e Política* pelas críticas e sugestões.

² O ESEB está incorporado ao Projeto Temático “Organização e funcionamento da política representativa no Estado de São Paulo”,

A campanha eleitoral de 2014 foi marcada, entre vários aspectos, por calorosos e acirrados debates nas ruas e nas diferentes mídias e redes sociais. A primeira impressão que se tem é que os brasileiros estariam mais interessados e participativos, manifestando exaltadamente sua opinião e valores políticos. O Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB)² é um *survey* nacional que serve como um excelente instrumento de acompanhamento sistemático das tendências, opiniões e transformações dos padrões comportamentais dos eleitores brasileiros. Vinculado ao *survey* internacional *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), o ESEB tem sido aplicado periodicamente logo após o término de cada período eleitoral desde 2002. Esse estudo parte do pressuposto de que os contextos sócio-políticos e os arranjos institucionais influenciam a natureza e qualidade da democracia. Dessa maneira, busca “identificar como variáveis contextuais, especialmente as instituições eleitorais, moldam crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definem a capacidade ou qualidade do regime democrático; compreender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos; compreender como cidadãos, vivendo sob

coordenado pela Profa. Dra. Rachel Meneguello (CESOP-UNICAMP) e financiado pela FAPESP.

distintos arranjos políticos, avaliam os processos políticos e as instituições democráticas” (ESEB 2011).

É nesse sentido que, por meio dos dados obtidos pela quarta onda do ESEB, pretendemos verificar se as eleições de 2014 anunciam mudanças sobre o comportamento político dos brasileiros. Com especial destaque para os mais escolarizados, analisamos se estes são informados e interessados por política; motivados em participar das eleições e outras atividades políticas; como avaliam e se estão satisfeitos em relação ao processo democrático. Para isso, além da análise descritiva dos dados, recorremos ao modelo de regressão logística no intuito de verificar quais as variáveis são significativas quando relacionadas à escolaridade superior.

Uma ideia convencionalmente adotada na Ciência Política é que há uma forte associação entre as capacidades educacionais e a participação política. Para vários estudiosos, os cidadãos mais escolarizados são mais dispostos a votar, sobretudo nos países em que o voto é facultativo, e a participar mais das campanhas eleitorais (Berinsky e Lenz 2011; Campbell *et al.*, 1960; Hillygus 2005; Nie *et al.*, 1996; Schlozman 2002; Wolfinger & Rosenstone 1980). A educação promoveria habilidades e recursos necessários para que os cidadãos pudessem participar da política. Verba *et al.* (1995) argumentam que, além do aumento dos níveis de participação, a educação permite que os cidadãos adquiram habilidades cognitivas necessárias para a comunicação efetiva de suas demandas aos seus representantes políticos. Por essas razões, o processo de educação formal ocasionaria o aumento da participação política. Mais especificamente, o acesso à educação superior resultaria em um corpo de cidadãos mais engajados, responsáveis, conscientes e participantes dos processos políticos da sociedade. Enquanto um “solvente universal” (Converse 1972), a educação seria uma variável que possui forte influência sobre o comportamento político (Schlegel 2013).

Todavia, outros estudos apontam que educação talvez seja menos um meio de mensurar as habilidades cívicas ou um agente causal e mais um indicador de status social e de motivação à participação. Nessa concepção, a educação em conjunto com outras variáveis – tais como idade, família, posição social, gênero, etnia, religião, localização espacial e redes associativas (clubes, sindicatos, grêmios estudantis etc.) – promoveria uma maior disposição à política (Brody 1978; Berinsky e Lenz 2011; Kam e Palmer 2008).

A relação entre engajamento cívico e escolaridade constitui um tema atual desenvolvido por diversos grupos e centros de pesquisa vinculados a institutos e universidades, sobretudo nas democracias industriais avançadas da Europa, América do Norte, Ásia e Oceania³. Em comparação à produção internacional, os núcleos de pesquisa brasileiros interessados na questão da escolaridade destacam sobretudo a perspectiva de análise de políticas públicas, as ações governamentais e organizacionais, seus aspectos históricos, políticos, sociais e culturais. Todavia, alguns grupos de estudiosos têm produzido pesquisas que destacam, além da escolaridade, outras variáveis que tendem a influenciar sobre o comportamento político dos brasileiros⁴.

Sob essa perspectiva é que o questionário do ESEB tem sido agrupado em blocos de questões fechadas que visam (i) verificar a concepção e avaliação que os respondentes possuem acerca da democracia; (ii) o interesse em participar das eleições, seja a partir do voto, seja de discussões com amigos, familiares, conhecidos e nas redes sociais; (iii) os meios para a obtenção de informação política; (iv) os critérios para a definição do voto; (v) a avaliação, confiança e satisfação em relação ao governo e suas instituições; (vi) as formas de participação e envolvimento político; (vii) o reconhecimento e a expectativa de mobilidade social; (viii) a participação como beneficiário de programas sociais

³ Entre os principais *surveys* internacionais destacam-se o *Eurobarometer*, o *New Europe Barometer*, o *Latinobarometer*, o *Afrobarometer*, o *East Asian Barometer*, o *Asianbarometer*, o *European Values Studies (EVS)*, o *International Social Survey Program (ISSP)*, o *European Social Survey (ESS)*, o *Comparative Study of Electoral Systems (CSES)* e o *World Values Survey (WVS)*.

⁴ Entre os pesquisadores, destacamos os trabalhos Meneguello (2005; 2006), Moisés (2010), Moisés e Meneguello (2013) e Singer (2000; 2012). Em relação aos grupos de pesquisa, o Núcleo

de Pesquisa em Políticas Públicas (NUPPs-USP), o Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP-Unicamp) e o Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP-UFGM) são exemplos que se destacam entre os de maior produção científica na área dos temas abordados neste artigo.

governamentais; (ix) o posicionamento ideológico; (x) além das questões relativas à identificação como faixa etária, escolaridade, renda, religião, raça e moradia.

Desse conjunto de questões é possível verificar se a escolaridade, admitida como variável independente, tem ocasionado um padrão de comportamento político distinto, de indivíduos mais interessados, participativos e coerentes em suas avaliações sobre a política, portanto, mais engajados.

II. Comportamento político e escolaridade

A literatura específica sobre comportamento político costuma ser dividida em cinco principais áreas de debate: (i) sofisticação política das massas, (ii) processos de modernização, (iii) valores políticos, (iv) escolha eleitoral, (v) participação política e representação política. Os estudos sobre comportamento político têm-se revelado um rico campo de pesquisa na medida em que, em torno dessas áreas de debate, vários institutos de pesquisas desenvolveram *surveys* internacionais com o intuito de compreender o impacto das transformações sociais e políticas sobre as diversas sociedades do mundo nas últimas décadas. No geral, buscam entender como estão estruturadas as relações entre os diversos sistemas políticos e os cidadãos dos países democráticos avançados como também os do Centro e Leste Europeu, da Ásia, África e América Latina. O estudo do comportamento político promove oportunidades distintas para testar teorias antigas, expandir o conhecimento e desenvolver novas teorias.

Nessa área de conhecimento, um dos debates existentes destaca a importância das habilidades políticas do povo – seu nível de conhecimento, compreensão e interesse por problemas políticos. Presume-se que, numa democracia, onde os indivíduos precisam tomar decisões, é preciso também que os mesmos compreendam as opções políticas apresentadas. É fundamental, portanto, que os cidadãos tenham conhecimento suficiente de como funciona o sistema político para que possam influenciar e controlar as ações de seus representantes. Para Almond e Verba (1963) a cognição é um importante elemento na definição da cultura política. Dahl (1989, p.4) complementa essa visão ao afirmar que a cognição é determinante para o estabelecimento da qualidade do debate político – ou, como ele mesmo chama, de compreensão iluminada.

Um conceito muito utilizado nas pesquisas de comportamento político é o de capital social. As obras de Coleman (1990), Lin *et al.* (2001) e Putnam (2000) apresentam as principais e mais recentes definições deste conceito. Para Coleman (1990), o conceito de capital social insere-se na estrutura das relações das pessoas e possui implementos individuais e físicos de produção. Vários aspectos das relações sociais são fontes de capital social, tais como obrigações e expectativas, canais de informação (como redes sociais e de amizade), normas e sanções efetivas, relações de autoridade e organizações sociais. Capital social existe em todos os tipos de relações sociais, sobretudo dentro da família ou de organizações sociais comunitárias de diferentes formas.

Lin *et al.* (2001) dispõem de uma distinta concepção sociológica de capital social. Para os autores, o capital social consiste num investimento consciente dos indivíduos em suas relações sociais. É uma fonte de valores e recursos para os indivíduos que buscam um fluxo de informações, influência, reputação e segurança emocional.

Putnam (2000) parte da concepção de Coleman (1990), mas apresenta uma visão mais ampla sobre aspectos específicos das interações sociais capazes de afetar o desempenho do governo e da democracia. Segundo o autor, capital social refere-se a normas de reciprocidade generalizadas, confiança e redes de engajamento cívico organizadas horizontalmente. Esses aspectos reduzem os

custos de informação sobre confiabilidade em outros indivíduos e promovem a cooperação entre eles. Sob essa perspectiva, o capital social consiste num recurso que vincula os cidadãos uns aos outros e os habilita a buscar seus objetivos comuns de maneira mais efetiva. Putnam observa novas formas de interação social destacando sua importância ao reconsiderar capital social como indicador de civilidade. O autor também destaca como as atitudes cívicas são capazes de causar uma maior confiança e reciprocidade entre os cidadãos, facilitando a ação coletiva (Stolle 2007).

Para Stolle (*idem*), o interesse pelo capital social se deve aos seus efeitos políticos, econômicos e pessoais: sociólogos destacam os efeitos do capital sobre as relações sociais; os cientistas políticos apontam para o aumento das associações e redes de voluntariado e a difusão de uma confiança generalizada; e os economistas analisam os possíveis impactos econômicos do capital social.

Em específico, para a Ciência Política o capital social é um recurso coletivo capaz de influenciar o desempenho da democracia e suas instituições, além de promover uma maior coesão social. A distribuição de valores de cooperação, normas e atitudes que constituem o capital social de uma cidade, região ou país podem beneficiar a coletividade e sociedade em geral. O capital social também possui um impacto no âmbito individual ao estimular um comportamento social mais ativo, engajado, tolerante e mais disposto a apoiar as liberdades e direitos civis das minorias, além da liberdade de opinião.

Todavia, ao estudar as habilidades políticas de um povo percebemos que vários estudiosos apontam para uma das maiores controvérsias da pesquisa em comportamento político: vários estudos empíricos revelam que a sofisticação política dos diferentes povos é pequena em relação ao ideal. Entre os cientistas políticos que confirmam essa análise estão Campbell *et al.* (1960), Converse (1964) e Butler e Stokes (1969). No geral, esses autores acreditam que, para os cidadãos, o interesse e o envolvimento político são raramente evidentes nos períodos de eleições nacionais. Para acrescentar, não se tem a certeza de que a decisão do voto esteja baseada em avaliações racionais dos candidatos, partidos e suas proposituras. Assim sendo, os eleitores seriam desinformados e não sofisticados.

Diante desse quadro, alguns teóricos acreditam que se a maioria do povo não é sofisticada, o melhor para a democracia seria que ele não se envolvesse politicamente. Por um lado, se há quem pense que essa não mobilização pode ser benéfica para a democracia, por outro há aqueles que apontam para as armadilhas de uma mobilização política excessiva e seus benefícios para o estabelecimento da ordem política em países menos desenvolvidos (Dalton & Klingemann 2007, p.5).

Uma revisão contemporânea dessa literatura argumenta que o povo possui uma sofisticação política maior do que as pesquisas presumiam. Pesquisadores como Kuklinski e Peyton (2007) apontam para deficiências de mensuração, além de índices que indicam que, na verdade, há um aumento dos índices de sofisticação política decorrentes do processo de modernização social. Essa visão ganhou amplitude depois que alguns estudiosos que defendiam a significância da relação entre sofisticação dos eleitores e grau de envolvimento político passaram a desenvolver análises comparativas que verificaram uma variação dos índices de sofisticação entre diferentes países, uns mais influenciados por questões ideológicas, outros menos, como os Estados Unidos.

Outro ponto destacado pelos especialistas em comportamento político é que, atualmente, os povos das democracias ocidentais vivem num ambiente rico em informações e que os indivíduos possuem várias maneiras para adquirir informações sobre a política. No entanto, Lupia e McCubbins (1998) afirmam

que o povo costuma economizar seus investimentos em informação que precisaria para tomar decisões conscientes. Essa ideia fortalece o argumento de que a informação e o engajamento político são limitados nas democracias ocidentais. Putnam (2000) defende a ideia de que o desengajamento político é causado por um processo de deterioração e modernização que atomiza e aliena os cidadãos. Nesse mesmo sentido, há também quem saliente que o povo é desinteressado por política e que não quer ser aborrecido com as responsabilidades da cidadania democrática (Hibbing & Theiss-Morse 2002).

Sob uma perspectiva otimista, Dalton (2009; 2014) afirma que “a boa notícia é que as más notícias estão erradas”. Isso porque as transformações socioeconômicas das últimas décadas do século XXI alteraram os padrões do exercício da cidadania. A melhoria do bem-estar, a qualificação da mão de obra dos trabalhadores, o aumento dos índices educacionais, a explosão de novos recursos informacionais, o ativismo social e econômico das mulheres e a conquista dos direitos civis e oportunidades para as minorias levaram a formação de cidadãos mais sofisticados e autônomos, ao crescimento de ações diretas e atividades reivindicatórias, ao surgimento de valores pós-materialistas, ao interesse por novas questões políticas e visões mais progressistas, ao declínio dos laços de longo prazo e o aumento dos laços de curto prazo e ao forte apoio aos ideais democráticos combinado a uma crítica às instituições governamentais.

Para Dalton (2009), por um lado, há um declínio do modelo tradicional de cidadania caracterizado pelas obrigações formais, responsabilidades e direitos de cidadania – o voto, os tributos, a filiação a partidos políticos – e, por outro, o surgimento de um novo modelo de cidadania, a cidadania engajada, marcada por um papel mais assertivo dos cidadãos e uma ampla definição de elementos que incluem uma maior preocupação social e com o bem-estar comum. Esses cidadãos são engajados mesmo quando não votam ou se comportam segundo os meios tradicionais; são mais críticos ao governo e otimistas em relação ao futuro.

Seguindo uma mesma linha de raciocínio, ao observar as atitudes dos cidadãos em países democráticos, Norris (2011) reedita o conceito de cidadãos críticos ao afirmar que estes apoiam firmemente os valores democráticos, mas são céticos ao avaliarem as instituições e práticas democráticas. Ao contrário daqueles que apontam para uma crise de legitimidade das democracias contemporâneas, a autora afirma que o apoio ao sistema político não tem declinado consistentemente na maioria das democracias estabelecidas, embora a satisfação com o desempenho das democracias continue a divergir das aspirações do povo.

Moisés (2008), ao analisar as orientações dos brasileiros em relação à democracia e suas instituições, observa que aspectos sistêmicos institucionais afetam negativamente a percepção que os cidadãos possuem quanto ao regime, revelando uma atitude ambivalente em que, por um lado, manifestam apoio a valores democráticos, porém, desconfiam das instituições e legitimam práticas autoritárias para a solução de crises políticas. Esse fenômeno do descontentamento e da desconfiança é comum em países que passaram por um processo recente de democratização – como é o caso do Brasil – o que impacta o papel do Estado e a relação dos cidadãos com os regimes democráticos. Mesmo havendo uma maior adesão aos princípios normativos de democracia, nota-se uma frustração quanto ao desempenho das instituições, uma desconfiança associada a sentimentos negativos relativos à eficácia política, baixos níveis de interesse político, pouca participação cívica e até preferências por modelos de democracia que excluem os partidos e os parlamentos (Moisés 2013, pp.11-12).

Tanto Moisés (*idem*) quanto Meneguello (2013) apontam para a importância da confiança e apoio dos cidadãos ao regime democrático na medida em que estes podem garantir a estabilidade dos sistemas políticos. No entanto, instituições como os partidos políticos e o Congresso tendem a receber os menores índices de confiança institucional, principalmente nas democracias latino-americanas. Para Meneguello (2013, p.96), a adesão à democracia resulta da congruência entre o apoio normativo ao regime e a satisfação com seu funcionamento.

Como podemos perceber, há aqueles que acreditam no declínio e outros que apontam para o crescimento da sofisticação política. A resolução dessa discussão tem implicações importantes quanto ao modo como pensamos o comportamento político e o papel dos cidadãos no processo democrático. Uma vez que sabemos que as pessoas tomam decisões políticas regularmente, é preciso questioná-las sobre como suas escolhas são feitas atualmente.

Segundo Donovan, “os eleitores, em analogia com motoristas, podem saber muito pouco sobre como funciona o motor de um carro, mas, certamente, sabem dirigi-lo. E, enquanto pudermos dizer que os estudos eleitorais apontam para a ignorância do motor, os mais recentes prestam maior atenção à habilidade que os eleitores possuem ao dirigir”⁵ (Donovan *apud* Dalton & Klingemann 2007, p.6).

As pesquisas de opinião pública mais atuais recorrem a perguntas pragmáticas relacionadas à forma como as pessoas tomam as decisões de suas vidas – inclusive em quem votam nas eleições. No geral, as respostas têm apontado frequentemente para o recurso de informações ou referências formadas a curto-prazo, sugestões, emoções, métodos heurísticos e outros utilizados para fazer escolhas razoáveis.

O debate contínuo desses fatores tem se revelado uma fonte vital para a pesquisa em comportamento político uma vez que destaca a questão do que a democracia espera de seus cidadãos e se suas expectativas são satisfeitas. Esse debate nos permite compreender como as pessoas fazem suas escolhas políticas na atualidade.

Partindo do pressuposto de que tratamos de um processo de escolha racional por um eleitorado que dispõe de um determinado grau de informação, concordamos com Dalton e Klingemann (2007, p.6) quando afirmam que “devemos reparar se os cidadãos são capazes de gerenciar as complexidades da política e tomar decisões razoáveis considerando os seus interesses e posicionamentos políticos. Os dados das pesquisas empíricas têm sido uma forma satisfatória para se entender os processos de tomada de decisões através de modelos que questionam quais são os meios pragmáticos que os indivíduos utilizam para fazerem suas escolhas políticas”.

Acerca dessa temática, Lewis-Beck (2008) relaciona o conceito de sofisticação política a alguns aspectos de ordem psicológica e social. Nessa obra, sua intenção é verificar se a sofisticação política é capaz de exercer influência sobre as escolhas políticas dos indivíduos num processo de modernização e transformação da ordem social e política das sociedades contemporâneas.

Entre os aspectos de ordem psicológica destacados por Lewis-Beck (*idem*) estão a relação entre a sofisticação política, o voto de classe, o nível de envolvimento político e o voto. Quanto aos aspectos de ordem social, o autor também discute a influência de outras variáveis sobre a decisão do voto, entre elas: escolaridade, gênero e idade.

Em relação à escolaridade, é comum a ideia de que indivíduos mais bem escolarizados ocupam posições mais altas na escala social. Entretanto, a educa-

⁵ As traduções de todas as citações originalmente em inglês foram feitas e estão sob total responsabilidade dos autores deste artigo.

ção parece sobrepor outros indicadores como classe, ocupação e renda, na medida em que se apresenta como um indicador cujo impacto é independente sobre o comportamento político. Isso se deve, em parte, porque as experiências educacionais são a principal fonte de informação política para a maioria dos cidadãos. A educação leva os indivíduos a participar mais da vida política na medida em que dá a eles relevante conhecimento, capacidade analítica e a compreensão de questões sociais urgentes. Lewis-Beck (*idem*, p.349) afirma que quanto maior o grau de escolaridade, maior é a disposição dos indivíduos em influenciar o comportamento dos outros em relação ao voto.

Além disso, Lewis-Beck (*idem*) demonstra o diferencial que a variável escolaridade reflete sobre o comportamento político. Em particular, revela que os cidadãos mais bem escolarizados são percentualmente mais interessados em participar do processo de escolha de seus representantes. Portanto, a escolaridade dá aos cidadãos um maior senso de eficácia política, incentivando-os a participar do processo democrático de escolha de seus representantes. Essa ideia é ratificada à medida que o autor demonstra a importância da escolaridade e sua capacidade de influenciar o grau de envolvimento político. Em linhas gerais, verifica-se que entre os que manifestam pouco engajamento político a maioria é composta por indivíduos com baixa escolaridade.

Hillygus (2005), também apresenta um olhar distinto acerca da influência da escolaridade sobre o comportamento político. Ao examinar os elementos específicos da escolaridade superior capazes de condicionar o engajamento político, a autora aponta para a importância do currículo da educação superior, sobretudo quando neste estão inseridos créditos das ciências sociais – o que impacta positivamente o desenvolvimento de habilidades cívicas. Hillygus busca explicar, teoricamente, qual é a relação entre a escolaridade e o comportamento político testando as três das principais teorias sobre essa relação: as hipóteses da educação cívica, das redes sociais e da meritocracia política.

A primeira delas, a teoria da educação cívica, admite que a escolaridade promove as habilidades necessárias para tornar-se politicamente engajado e o conhecimento necessário para compreender e aceitar os princípios democráticos. No entanto, Hillygus ressalta que, por um lado, o currículo dos cursos das áreas de exatas e biológicas tendem a não encorajar o ativismo político e que, por outro lado, somente os cursos que incluem um conteúdo cívico ou das ciências sociais influenciam o que e como os estudantes saberão sobre políticas governamentais. Em suma, essa concepção sugere que o aumento da escolaridade é capaz de produzir um eleitorado mais informado e engajado (*idem*, p.27).

Diante do cenário de declínio do engajamento político, sobretudo a partir da década de 1960, uma hipótese alternativa à da educação cívica é a da teoria das redes sociais. Segundo essa concepção, há um quebra-cabeças da participação política que explica a relação entre escolaridade e engajamento político a partir da posição social que os indivíduos ocupam na sociedade. Aqui a escolaridade é reconhecida como um mecanismo de triagem social em que os indivíduos mais escolarizados tendem a estar substancialmente mais próximos do centro das redes sociais políticas mais importantes, ao contrário dos menos escolarizados que se encontrariam nas periferias de tais redes. A educação formal selecionaria aqueles que iriam formar uma elite política, aproximando os indivíduos dos centros de decisão política e das fontes de informações política relevantes, conectando-os com menor custo e de maneira mais simples. Os indivíduos mais escolarizados tendem a participar de grupos de amigos que os estimularão ao debate e mobilização política.

A terceira teoria é a da meritocracia política, que sugere que a inteligência individual é que promove os ganhos educacionais, e não o contrário. Ou seja,

essa concepção parte da concepção de que os estudantes que demonstram maior grau de inteligência tendem a se sobressair perante os demais e que essa característica se estenderia ao comportamento político e à cidadania democrática. Portanto, estudantes mais inteligentes tenderiam a ter melhor desempenho escolar e, por sua vez, a se envolver mais na vida política. Em outras palavras, a inteligência, mais que a escolaridade, é um determinante mais importante de sofisticação política. Por sua vez, a sofisticação política tende a engendrar uma maior participação política (Hillygus 2007).

Entretanto, há quem questione os efeitos favoráveis da escolaridade sobre o comportamento político. Esse é o caso de Schlegel (2010) que sugere que, no Brasil, em razão da queda da qualidade da educação que acompanhou a expansão do seu sistema educacional, a escolaridade não resultou em aumento do engajamento cívico e político. Tal afirmação pode ser sustentada pela própria literatura sobre educação superior no Brasil, sobretudo as análises que apontam para a ideia de que esta, sob o formato institucional das universidades, surgiu tardiamente e de que existiria uma desconexão entre o desenvolvimento econômico, político e sociocultural no país.

A partir dos resultados obtidos pelo ESEB 2014 poderemos apontar para algumas características do comportamento político dos brasileiros que reproduzem ou não as teorias relacionadas acima. Esse é um dos propósitos das seções a seguir.

III. Escolaridade e outras variáveis

Nessa análise destacamos a variável escolaridade e a relacionamos a outras variáveis agrupadas em quatro categorias: (i) aspectos socioeconômicos; (ii) interesse e informação política; (iii) participação nas eleições, em atividades políticas tradicionais e em outras atividades políticas; (iv) avaliação e satisfação política. Para isso, além da análise descritiva, recorreremos a um modelo de regressão logística que nos servirá como um instrumento capaz de verificar quais variáveis são significantes quando relacionadas à escolaridade superior⁶.

A amostra utilizada pelo ESEB 2014 é de 3.136 pessoas entrevistadas, distribuídas por todo o país. Dessa amostra, 3,9% são analfabetos e/ou nunca frequentaram a escola; 20% possuem o ensino primário completo ou incompleto; 22,9% possuem o ginásio completo ou incompleto; 35,6% possuem o colegial completo ou incompleto; 8,4% possuem o ensino superior incompleto ou especialização de nível técnico e 9,3% possuem o ensino superior completo⁷. Estes últimos são os que mais nos interessam neste trabalho.

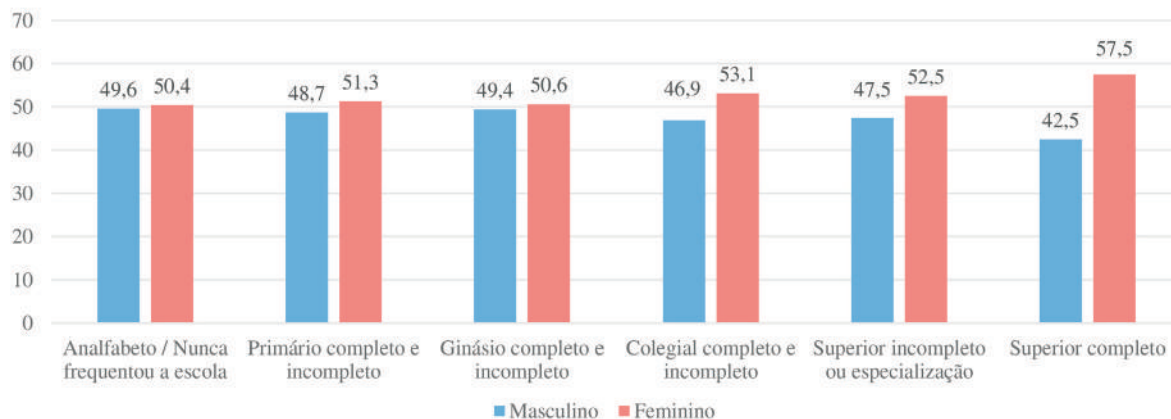
III.1. Escolaridade e variáveis socioeconômicas

⁶ Para melhor visualização e organização dos dados optamos por inserir as tabelas de regressões logísticas ao final deste artigo, no Apêndice 1.

⁷ A nomenclatura adotada para discriminar os diferentes níveis de escolaridade segue a versão antiga aplicada pelo sistema educacional brasileiro, a partir da Lei Federal n. 11.274, que regulamenta e estabelece os diferentes níveis em ensino fundamental (primário e ginásio), ensino médio (colegial) e ensino superior. Para fins analíticos, optou-se pelo modelo antigo, já aplicado pelo ESEB desde 2002.

Em relação aos aspectos socioeconômicos, consideramos as variáveis sexo, faixa etária, renda familiar e região do país no intuito de identificar algumas características gerais da amostra. Nesse sentido, a distribuição por sexo, exposta no Gráfico 1, revela que as mulheres representam 57,5% e os homens 42,5% daqueles que possuem o ensino superior completo. O que nos chama atenção é que as mulheres são maioria em todos os níveis de escolaridade, porém, a maior diferença em relação aos homens se dá justamente no ensino superior completo. Enquanto nos demais níveis a diferença entre mulheres e homens varia entre 0,8% e 6,2%, no ensino superior completo as mulheres já representam 15% mais que os homens. Essa observação é confirmada pela análise de regressão logística, pois, considerando as chances da variável sexo exercer influência sobre a variável escolaridade superior, observamos que há diferença significativa entre ambos os sexos (ver Tabela 1A, no Apêndice). O Gráfico 1 apresenta o grau de escolaridade de cada sexo:

Gráfico 1 - Relação entre Sexo e Escolaridade (%)

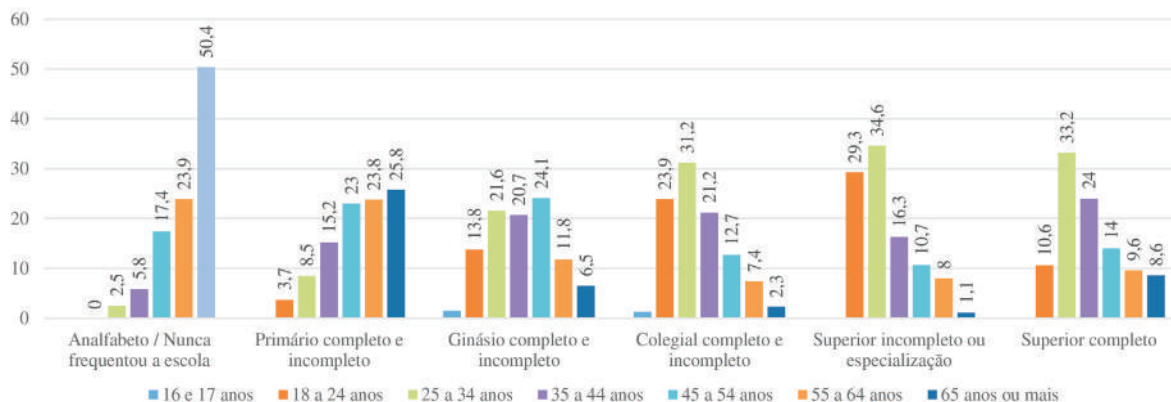


Fonte: ESEB (2014).

Em relação à faixa etária, o Gráfico 2 mostra uma concentração de 57,2% ao somarmos os percentuais daqueles que têm de 25 a 34 anos (33,2%) e os que têm de 35 a 44 anos (24%). É preciso ressaltar os 29,3% que possuem ensino superior incompleto ou especialização técnica, pois uma parcela deles deverá concluir o ensino superior nos próximos anos. Isso confirma a tendência geral de que os mais jovens são os mais escolarizados na atualidade. A Tabela 2A mostra que as pessoas entre 25 e 44 anos têm chances significativamente maiores de completar o ensino superior quando comparadas às demais faixas etárias. Em outros termos, isso significa que uma pessoa entre 25 e 44 anos, cuja escolaridade é desconhecida, tem 1,88 mais chances de ter concluído do ensino superior quando comparada às pessoas fora dessa faixa etária.

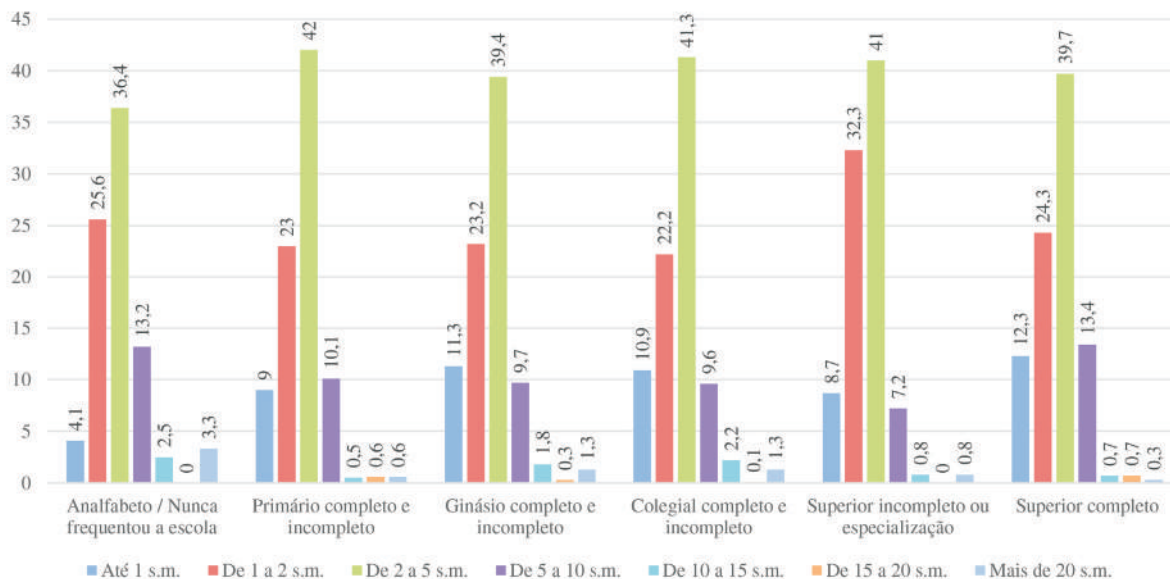
A relação entre as variáveis renda familiar e escolaridade traz algumas importantes informações. A primeira é que 64,5% da amostra possui renda familiar entre 1 e 5 salários mínimos. Entre os que possuem o ensino superior completo, 53% estão distribuídos entre os que ganham de 2 a 5 salários mínimos. Em certa medida, esses dados nos levam a considerar que os mais escolarizados tendem a ter maior renda familiar, como podemos ver no Gráfico 3. A análise logística dessa variável nos indica que quanto maior o salário da pessoa, maiores são as suas chances de ter o ensino superior completo. No caso, uma pessoa que tem renda maior que 5 salários mínimos tem 2,79 mais chances

Gráfico 2 - Relação entre faixa etária e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 3 - Relação entre renda familiar e escolaridade (%)

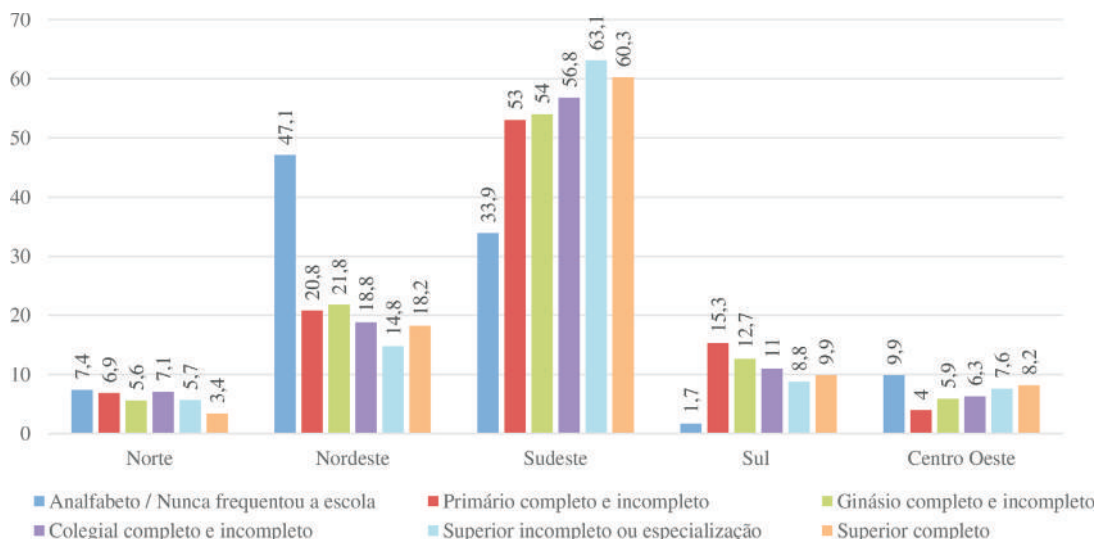


Fonte: ESEB (2014).

de ter o ensino superior completo quando comparada a uma pessoa que que ganha até 5 salários mínimos (Tabela 3A).

No Gráfico 4, ao observarmos a distribuição da escolaridade segundo a região do país, identificamos que 60,3% dos que dispõem do ensino superior completo pertencem à região Sudeste. Com uma distância percentual muito grande, temos na sequência as regiões Nordeste (18,2%), Sul (9,9%), Centro-Oeste (8,2%) e Norte (3,4%). Os resultados da análise logística nos indicam que os residentes das regiões Sudeste e Centro-Oeste têm chances significativamente maiores de ter o ensino superior completo quando comparadas aos das demais regiões do país. No caso, uma pessoa com a escolaridade desconhecida, residente nas regiões Centro-Oeste ou Sudeste, tem 1,4 mais chances de ter o

Gráfico 4 - Relação entre região e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

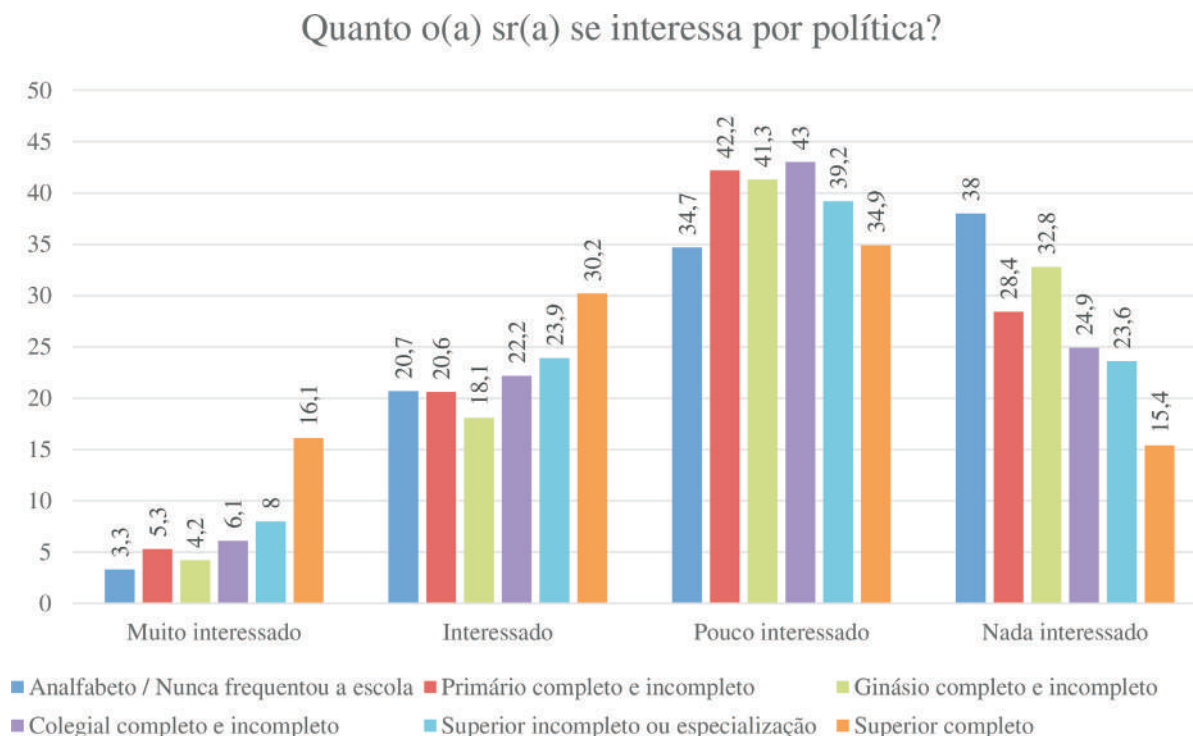
ensino superior completo se comparada às pessoas das demais regiões (Tabela 4A).

III.2. Escolaridade, interesse e informação

No que diz respeito ao interesse por política, verificamos alguns dados interessantes. No geral, 68% dos respondentes disseram ser pouco ou nada interessados por política, 21,7% disseram ser interessados, 6,5% são muito interessados e outros 3,7% não souberam ou não quiseram responder à questão. Ao serem questionados sobre o quanto se interessam por política, notamos um comportamento discretamente diferente entre aqueles que concluíram o ensino superior. Pelo Gráfico 5 é possível perceber que entre os muito interessados por política, a maioria compõe-se por aqueles que têm o ensino superior completo. Os resultados da análise logística, disponíveis na Tabela 5A, mostram que quanto mais a pessoa se julga interessada por política, maiores são as suas chances de ter o ensino superior completo. Podemos observar também que uma pessoa com escolaridade desconhecida que manifesta muito interesse por política possui 4,9 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparada a uma pessoa que se considera nada interessada. Esse número cai para 2,446 quando o indivíduo se julga interessado e para 1,42 quando se julga pouco interessado. Portanto, o conjunto dos resultados apresentados nos permitem afirmar que há uma tendência de que quanto mais escolarizado, maior é o interesse por política.

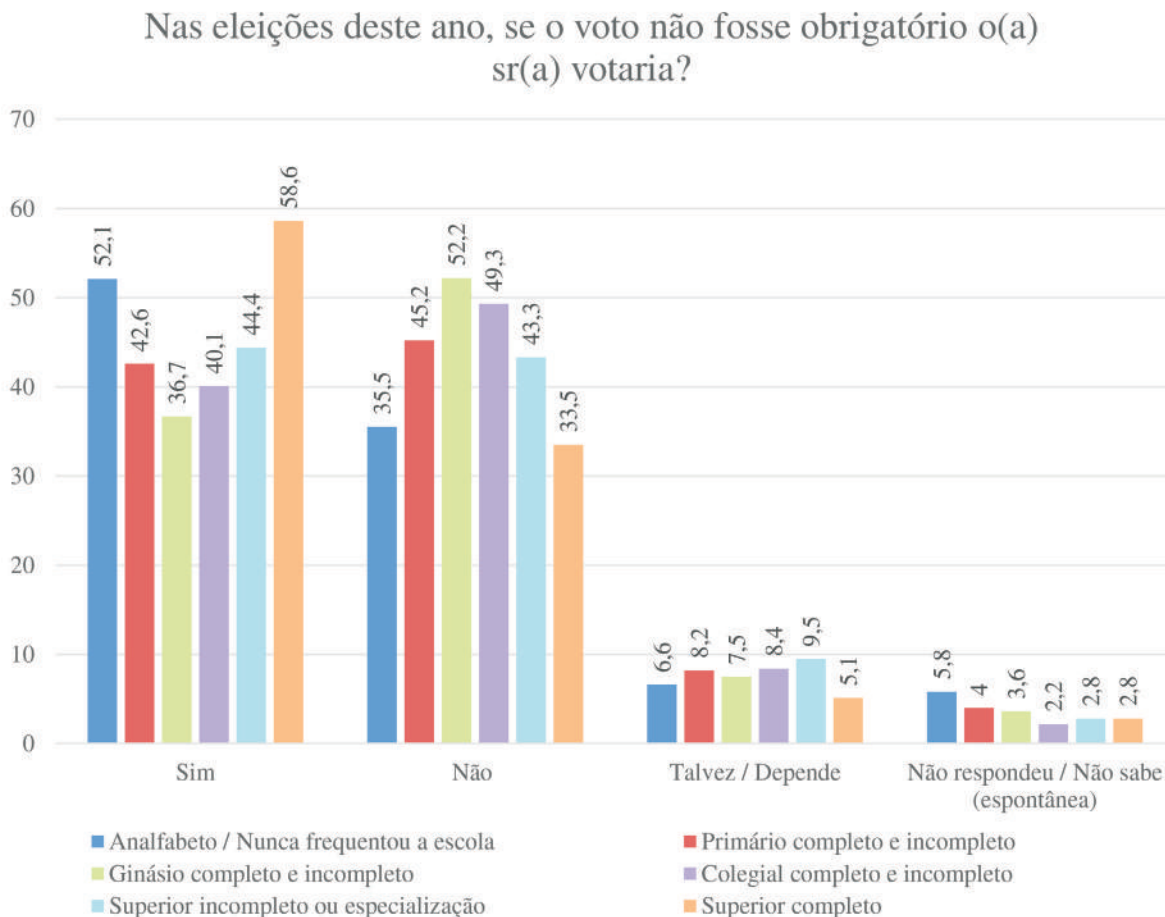
Um reflexo desse comportamento é observado quando, ao serem perguntados se votariam nas eleições de 2014 caso o voto não fosse obrigatório, 46,7% disseram que não, 42,4% disseram que sim, 7,8% disseram que talvez e 3,1% não souberam ou não quiseram responder. No entanto, entre os mais escolarizados, 58,6% disseram que votariam mesmo se o voto não fosse obrigatório, o que revela a importância que estes atribuem ao voto (ver Gráfico 6). Pela Tabe-

Gráfico 5 - Relação entre interesse por política e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 6 - Relação entre votaria se o voto não fosse obrigatório e escolaridade (%)

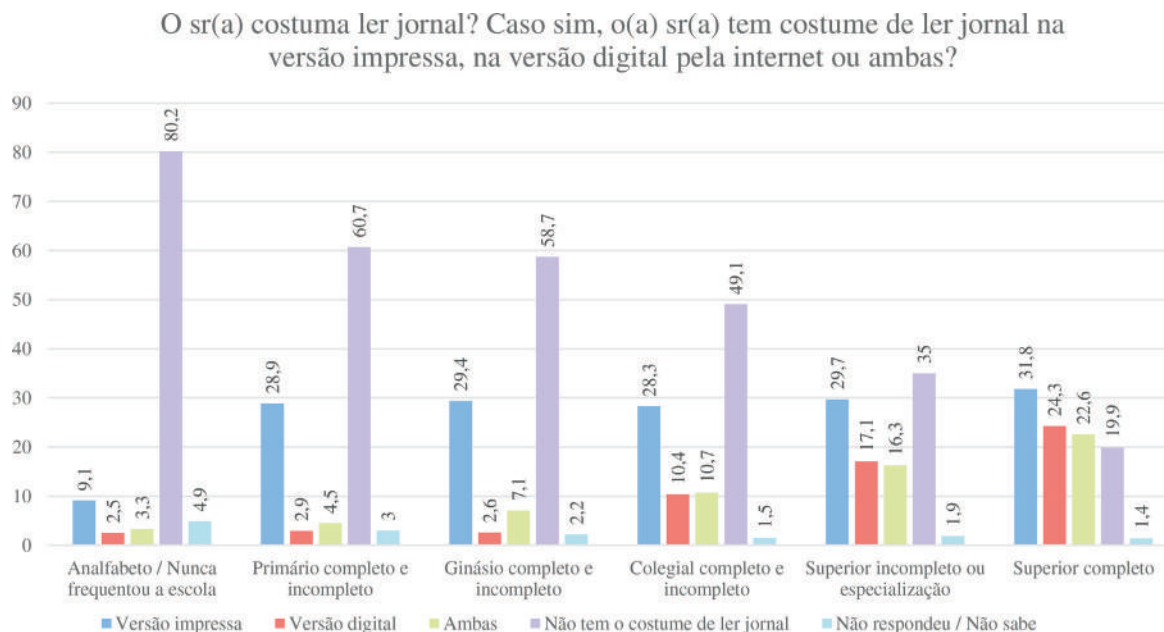


Fonte: ESEB (2014).

la 6A notamos que as pessoas que declararam que não votariam caso o voto não fosse obrigatório têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparadas às pessoas que talvez votariam ou votariam. Observa-se que uma pessoa de escolaridade desconhecida que declara que talvez ou com certeza votaria possui 2,1 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparada às pessoas que declararam que não votariam se o voto fosse facultativo.

Ao relacionarmos as variáveis escolaridade e informação política verificamos que 50,9% dos respondentes disseram não ter o costume de ler jornal, 28,4% leem apenas a versão impressa, 8,7% leem a versão digital e 9,9% leem ambas as versões. A partir do Gráfico 7 observamos que, daqueles que têm o ensino superior completo, 78,7% disseram ter o costume de ler jornal, sendo que 31,8% leem a versão impressa, 24,3% a versão digital e 22,6% ambas as versões. Ao compararmos com os demais níveis de escolaridade, os mais escolarizados representam o menor percentual entre os que não têm o costume de ler jornal, equivalente a 19,9%. Percebemos claramente que, na medida em que se avança o nível de escolaridade, maior é a probabilidade de se ter o hábito de ler jornal. A Tabela 7A ratifica essa análise descritiva ao apontar que as pessoas que declararam não ler jornal têm menos chances de ter o ensino superior completo do que as que declararam ter esse costume. Ou seja, quando uma pessoa cuja escolaridade é desconhecida declara ler jornais, suas chances de ter

Gráfico 7 - Relação entre leitura de jornal e escolaridade (%)

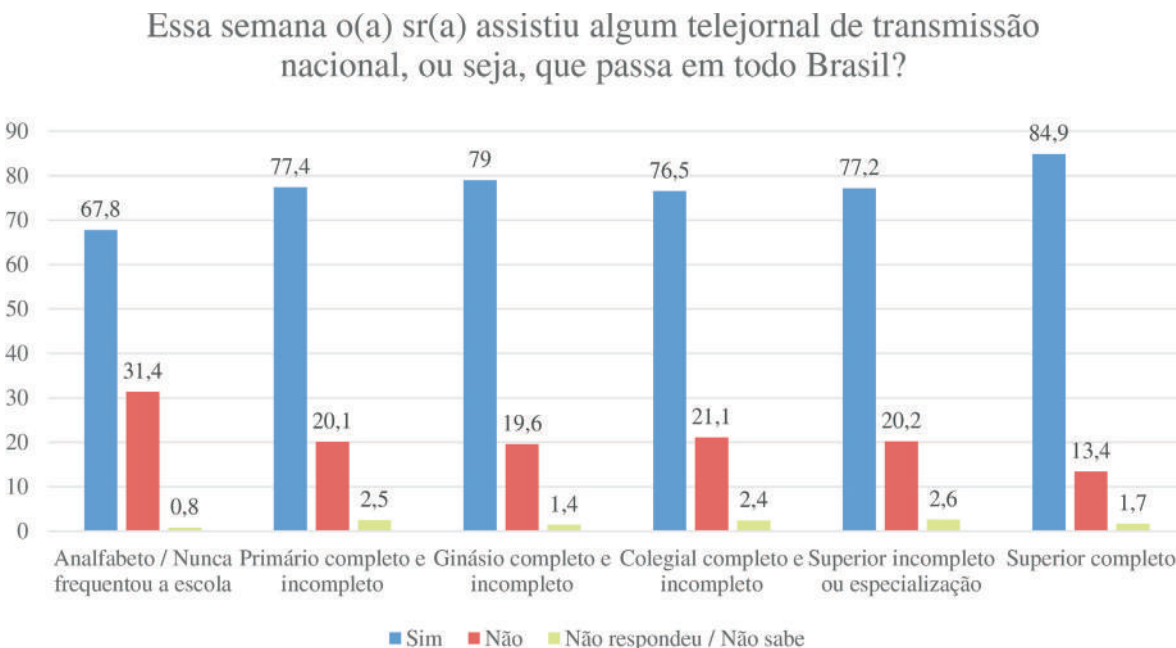


Fonte: ESEB (2014).

o ensino superior são cinco vezes maiores do que de alguém que declara não ter esse hábito.

Quando perguntados se assistiram a algum telejornal de transmissão nacional ao longo da semana, 77,7% do total disseram que sim, 20,2% disseram que não e 2,1% não souberam ou não responderam. Entre os mais escolarizados, 84,9% assistiram a algum telejornal nacional naquela semana, 13,4% não assistiram e 1,7% não souberam ou não responderam (ver Gráfico 8). Assim como na questão anterior, percebemos aqui um gradativo aumento do interesse

Gráfico 8 - Relação entre assistir telejornal nacional e escolaridade (%)



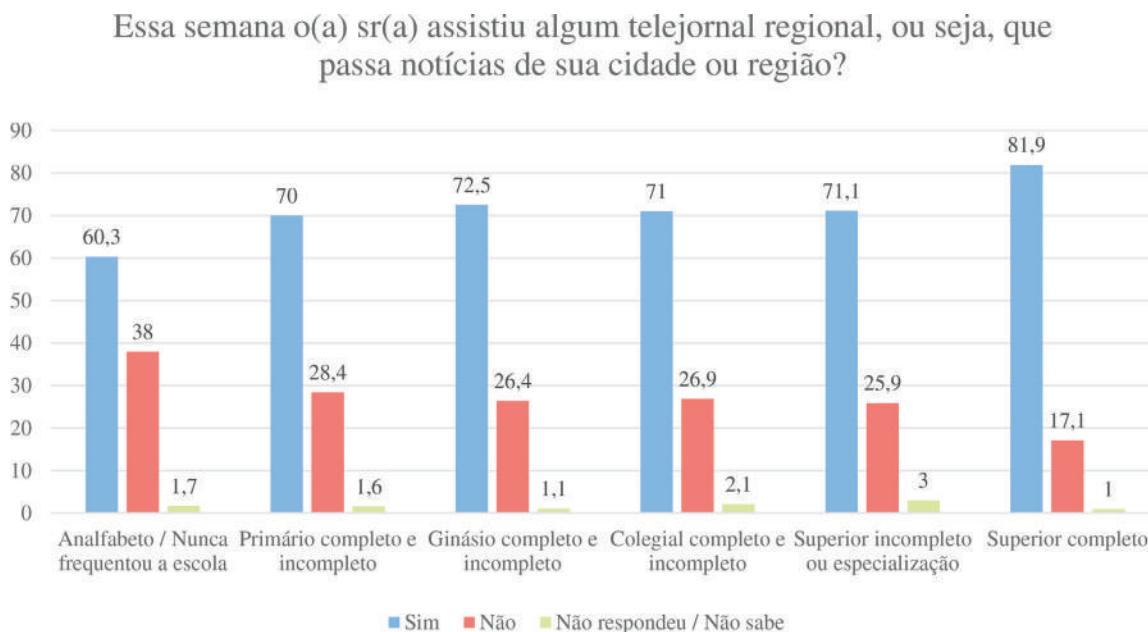
Fonte: ESEB (2014).

pela informação conforme se eleva o nível de escolaridade. Os resultados da Tabela 8A nos mostram que as pessoas que declararam não ter assistido a um telejornal de transmissão nacional na semana têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparadas aos que declararam ter assistido a um telejornal nacional no mesmo período. Observa-se que alguém de escolaridade desconhecida que declarou ter assistido a um telejornal nacional têm 1,9 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparado a quem declarou não ter assistido.

Esse mesmo comportamento se repete quando a questão é se assistiram a um telejornal regional. No geral, 71,7% disseram que sim, 26,5% disseram que não e 1,7% não souberam ou não responderam. Entre aqueles que concluíram o ensino superior, 81,9% assistiram a algum telejornal regional, 17,1% não assistiram e 1% não souberam ou não responderam (ver Gráfico 9). Na Tabela 9A notamos que as pessoas que declararam não ter assistido a um telejornal regional ao longo da semana da entrevista têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparadas a uma pessoa que declarou ter assistido a um telejornal regional no mesmo período. Ainda, se uma pessoa de escolaridade desconhecida declara ter assistido a um telejornal regional, possui 1,9 mais chances de ter o ensino superior completo se comparada a alguém que declarou não ter assistido.

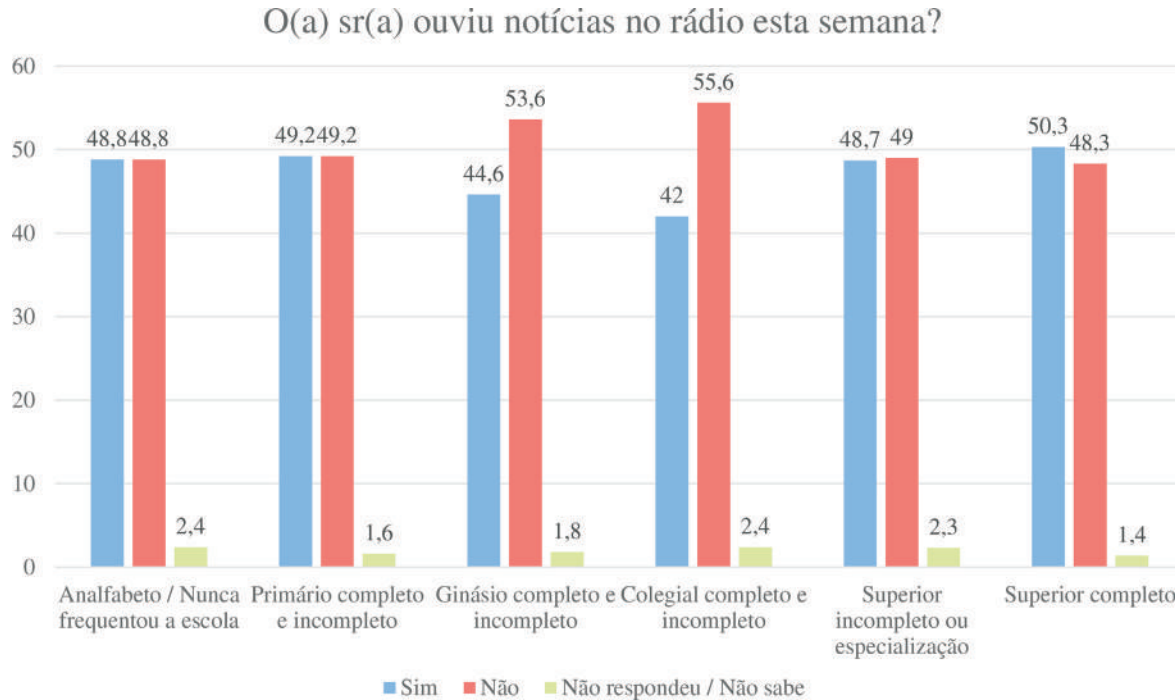
Os números são consideravelmente menores quando questionados se ouviram notícias por meio do rádio durante a semana. No geral, 52,4% disseram que não, 45,6% disseram que sim e 2,1% não souberam ou não responderam, como mostra o Gráfico 10. Sobre essa variável é interessante observar que, comparado aos demais níveis de escolaridade, somente entre os que têm ensino superior completo o percentual de quem ouviu notícias pelo rádio (50,3%) é maior que os que não ouviram (48,3%). A princípio, poderíamos considerar que, mesmo sendo pouco mais da metade, a escolaridade influenciaria o comportamento das pessoas. Todavia, a partir da análise de regressão logística verificamos que as chances de ter o ensino superior completo são estatisticamente iguais entre os que declararam ouvir e os que declararam não ouvir notícias no

Gráfico 9 - Relação entre assistir telejornal regional e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 10 - Relação entre ouvir notícias no rádio e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

rádio. Ou seja, nesse caso não é possível encontrar uma diferença significativa entre os grupos (Tabela 10A).

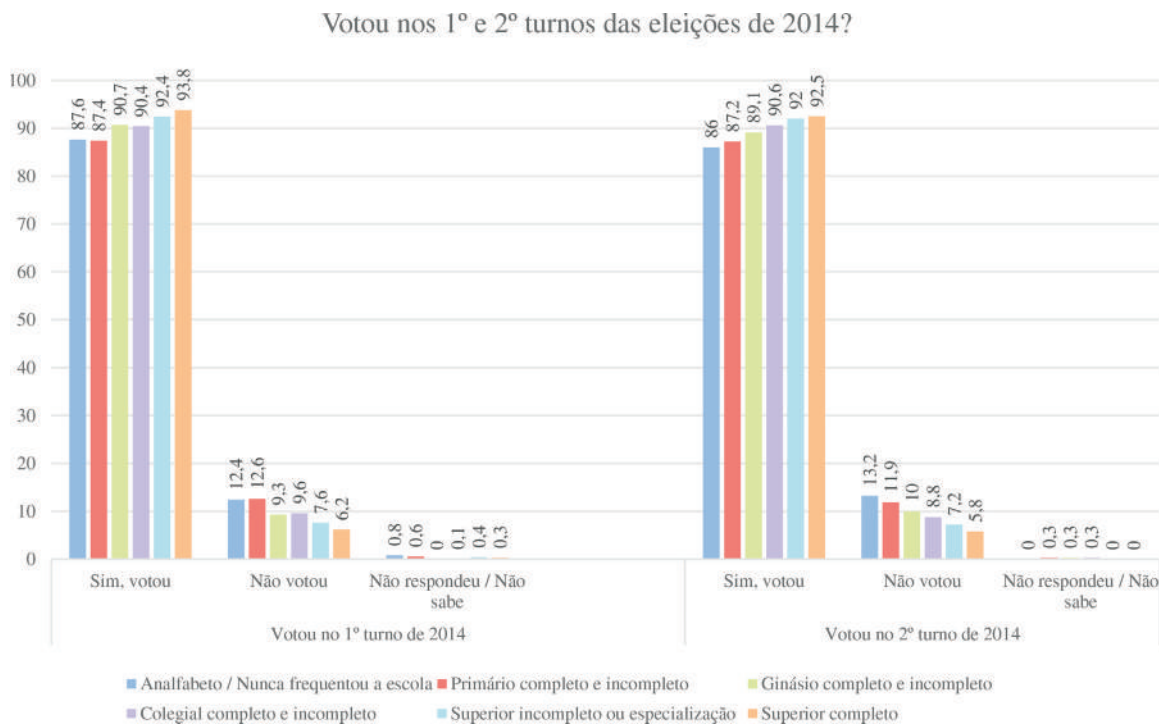
III.3. Escolaridade, participação nas eleições e em outras atividades políticas

⁸Aqui são considerados aqueles que não votaram mas justificaram o voto; os que não votaram e não justificaram; os que não votaram porque tinham 16 ou 17 anos ou são maiores de 70 anos, facultados ao voto; e aqueles que não souberam responder.

A próxima categoria a ser analisada relaciona escolaridade e a participação nas eleições de 2014 e 2010. No geral, 90,2% do total de entrevistados disseram ter votado no 1º turno das eleições de 2014 (Gráfico 11). Nota-se que a média de participação nas eleições é muito alta e tende a ser maior conforme aumenta o nível de escolaridade. Especificamente, entre os mais escolarizados, 93,8% votaram no 1º turno das eleições de 2014 e 6,5% não votaram⁸. Segundo a Tabela 11A, as pessoas que não votaram e não justificaram o voto no 1º turno de 2014 têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparadas às pessoas que votaram ou que não votaram mas justificaram o voto. Alguém de escolaridade desconhecida que tenha votado ou justificado o voto tem 4,1 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparada a uma pessoa que não votou e nem justificou o voto.

Sobre a participação no 2º turno das eleições de 2014 os números são muito próximos aos do 1º turno. No geral, 89,8% votaram e os outros 10,2% são representados por aqueles que não votaram e nem justificaram o voto, não votaram mas justificaram o voto, não votaram porque são maiores de 70 anos, não votaram porque não tinham o documento exigido, não votaram porque tinham 16 ou 17 anos, não souberam ou não responderam. Dos que têm ensino superior completo, 92,5% votaram e 7,5% não votaram – pelas mesmas razões e/ou condições elencadas acima. As pessoas que não votaram e não justificaram o voto no 2º turno têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparadas às pessoas que votaram ou que não votaram mas justificaram o voto. Nesse caso, uma pessoa cuja escolaridade é desconhecida e que votou ou justificou o voto tem 3 vezes mais chances de ter o ensino superior completo em

Gráfico 11 - Relação entre voto nos 1º e 2º turnos de 2014 e escolaridade (%)



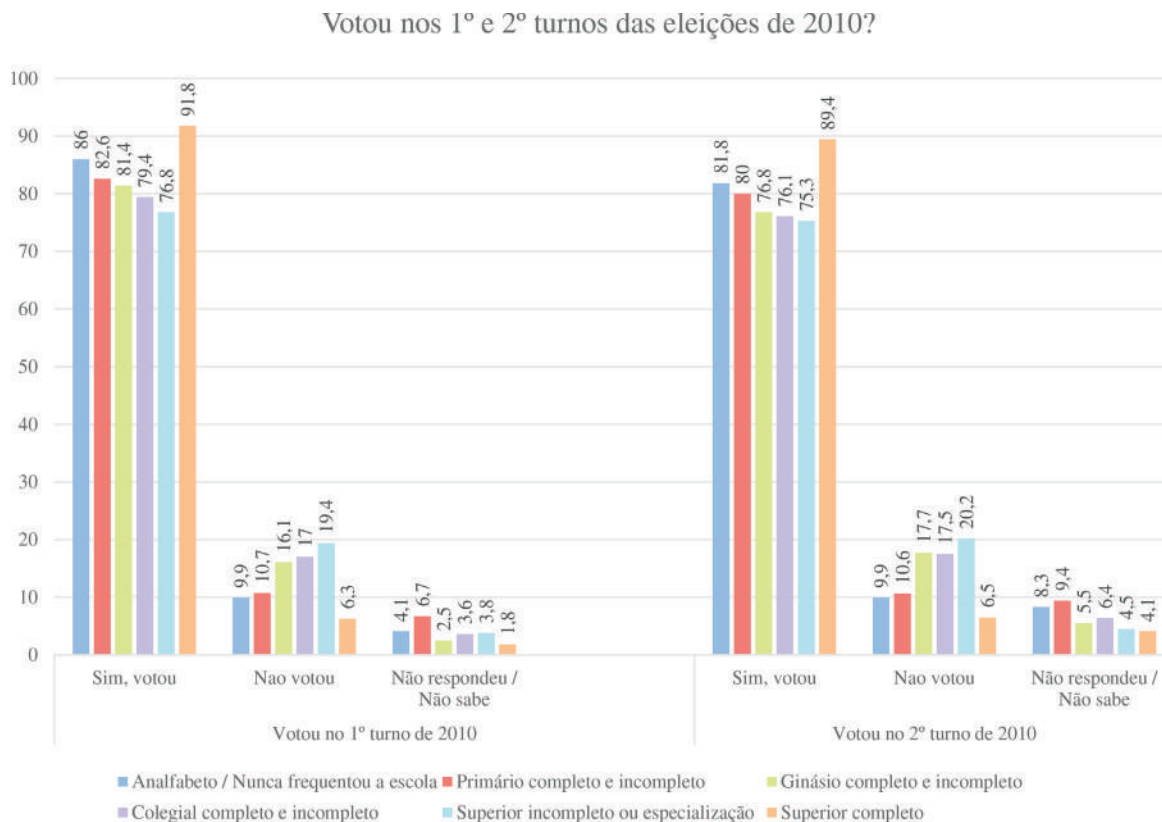
Fonte: ESEB (2014).

comparação com uma pessoa que não votou e nem justificou o voto (Tabela 11A).

As questões relacionadas a participação nas eleições de 2010 buscam identificar se os entrevistados lembram se votaram ou não naquele pleito. Do total de entrevistados, 81,7% disseram ter votado no 1º turno das eleições de 2010, 5,6% não votaram porque tinham 16 ou 17 anos, 3,9% não votaram mas justificaram o voto, 2,6% não votaram e nem justificaram o voto, 1,7% não votaram porque não tinham o documento exigido, 0,7% não votaram porque eram facultados ao voto por serem maiores de 70 anos e 3,8% não souberam ou não responderam a questão. Entre os que concluíram o ensino superior, 91,8% votaram, 2,1% não votaram mas justificaram o voto, 1,3% não votaram porque tinham 16 ou 17 anos, 1,3% não votaram porque não tinham o documento exigido, 0,3% não votaram porque são maiores de 70 anos e 1,8% não souberam e não responderam (ver Gráfico 12). Os que não votaram e não justificaram o voto no 1º turno de 2010 têm menos chances de ter ensino superior completo quando comparados aos que votaram ou que não votaram mas justificaram o voto. Ou seja, uma pessoa com escolaridade desconhecida que votou ou justificou o voto têm 2,2 mais chances de ter o ensino superior completo se comparada àquelas que não votaram e não justificaram o voto no 1º turno de 2010. (ver Tabela 12A).

No 2º turno de 2010 o cenário acima praticamente se repete. Há poucas alterações no plano geral. Entretanto, chama atenção a redução do percentual daqueles que lembraram que votaram (78,4%) e o aumento do percentual daqueles que não souberam responder (5,7%). No caso dos mais escolarizados também encontramos um comportamento semelhante, ou seja, um leve decréscimo dos que votaram (89,4%) e um leve acréscimo daqueles que não souberam responder (3,4%) (Gráfico 12). Os que não votaram e não justificaram o voto no 2º turno têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparados aos que votaram ou que não votaram mas justificaram o voto. Alguém de

Gráfico 12 - Relação entre voto no 1º e 2º turnos de 2010 e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

escolaridade desconhecida que tenha votado ou justificado o voto tem 2 vezes mais chances de ter o ensino superior completo do que alguém que não votou e nem justificou o voto no 2º turno de 2010 (Tabela 12A). Em linhas gerais, assim como nas relações entre escolaridade e as demais variáveis utilizadas acima, a escolaridade superior apresenta-se como um diferencial sobre o comportamento político dos cidadãos. Em média, mais de 90% dos mais escolarizados votaram no 1º e 2º turnos das eleições de 2014 e 2010. Portanto, os resultados nos permitem afirmar que os mais escolarizados tendem a participar mais das eleições, além de possuírem mais memória sobre sua participação nos pleitos anteriores.

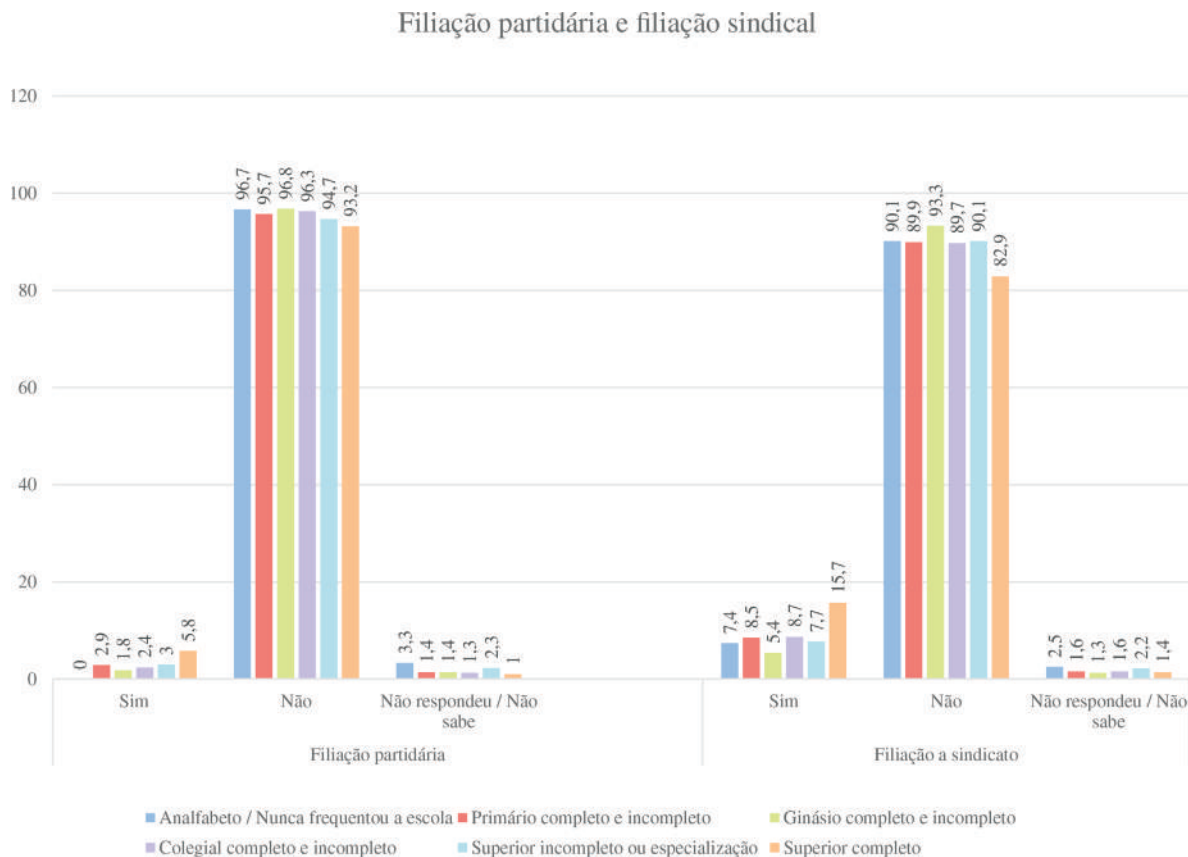
Outro aspecto que compõe o questionário do ESEB, aqui considerado, é a participação em atividades políticas consideradas tradicionais (filiação partidária; filiação a sindicato; assinatura de abaixo-assinado, inclusive pela internet; participação em manifestações e protestos; e participação em greve), além da participação em outras atividades que apontam para novas formas de engajamento político (participação em bloqueio de estradas; ocupação de prédios públicos; ocupação de terras; uso da internet ou redes sociais para debates e manifestações políticas). Em particular, mesmo não sendo práticas recentes, algumas dessas formas de participação na vida política estiveram em maior visibilidade no Brasil durante as manifestações de junho de 2013, em que a mobilização contra o aumento da tarifa do transporte público na cidade de São Paulo e, posteriormente, em outras cidades do país, fez eclodir uma onda de manifestações e protestos contrários à corrupção no sistema político, à aprovação da PEC 37, que retirava do Ministério Público a atribuição de realizar investigações criminais, a reivindicação por investigação dos gastos públicos com as obras da Copa do Mundo de Futebol, a exigência de melhorias nos

setores da educação, saúde, transporte e segurança, além de outras defesas vinculadas sobretudo aos direitos das minorias, tais como indígenas, negros, mulheres, gays, pessoas com deficiência, entre outros. Em certa medida, a participação nessas atividades políticas podem apontar se há indícios de um novo padrão de comportamento político entre os brasileiros, assim como defende Dalton (2009) em sua teoria sobre a cidadania engajada aplicada ao caso dos Estados Unidos.

Sob esse contexto, os dados obtidos nos revelam que, no geral, os percentuais de participação são realmente muito baixos. Em média, apenas 2,6% disseram ser filiados a partidos políticos; 8,4% filiados à sindicato; 17,6% disseram já ter participado de abaixo-assinado (inclusive pela internet); 7,3% participaram de manifestações e protestos; 7,6% participaram de greves; 2,5% participaram de bloqueios de estradas; 0,9% participaram de ocupação de prédios públicos; 1,7% participaram de ocupação de terras e 5,3% utilizaram a internet ou redes sociais para manifestações e debates políticos.

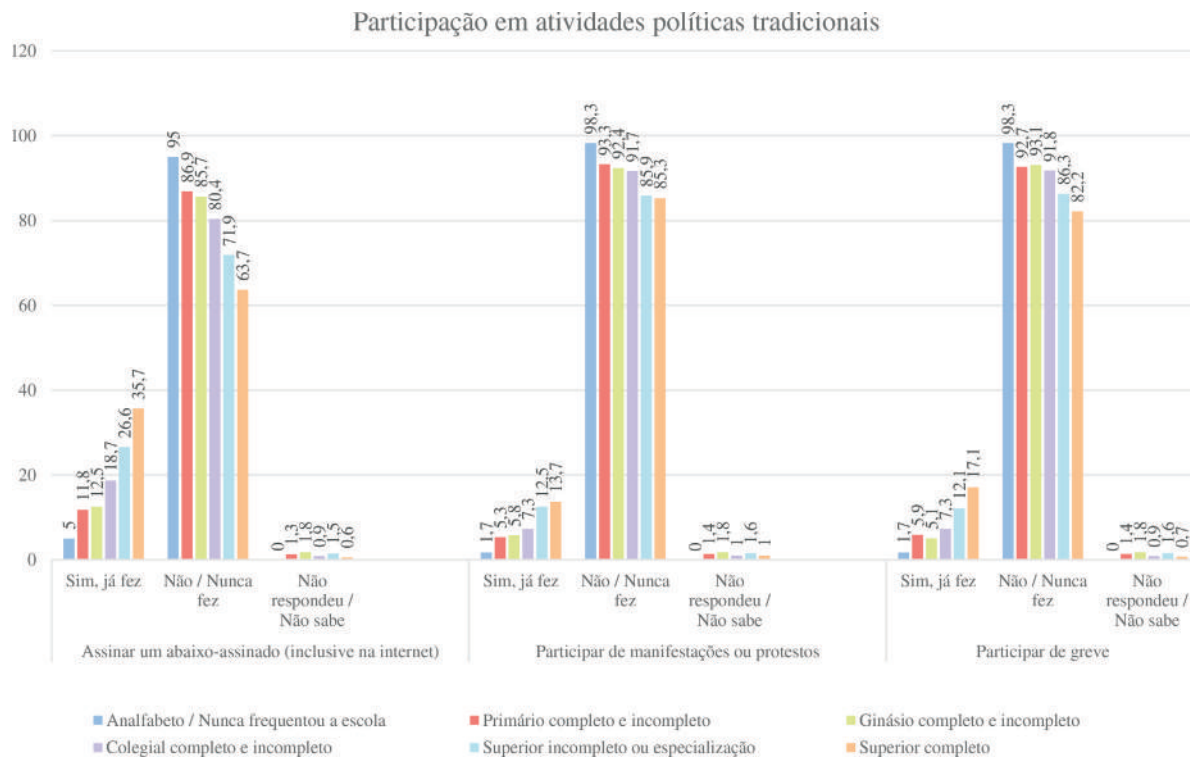
Os Gráficos 13, 14 e 15, que comparam o comportamento dos respondentes segundo o nível de escolaridade, nos permitem considerar que, com exceção das eleições, os brasileiros pouco recorrem a outras formas de participação política. No entanto, verificamos que os mais escolarizados tendem a participar mais destas atividades. São entre os que possuem o ensino superior completo que obtivemos os maiores percentuais de participação, tanto nas atividades políticas tradicionais – filiação a partidos políticos (5,8%), filiação a sindicatos (15,7%), de assinantes de abaixo-assinados (35,7%), de participantes em manifestações ou protestos (13,7%) e de participantes de greves (17,1%) –, como também nas

Gráfico 13 - Relação entre filiação partidária, filiação sindical e escolaridade (%)



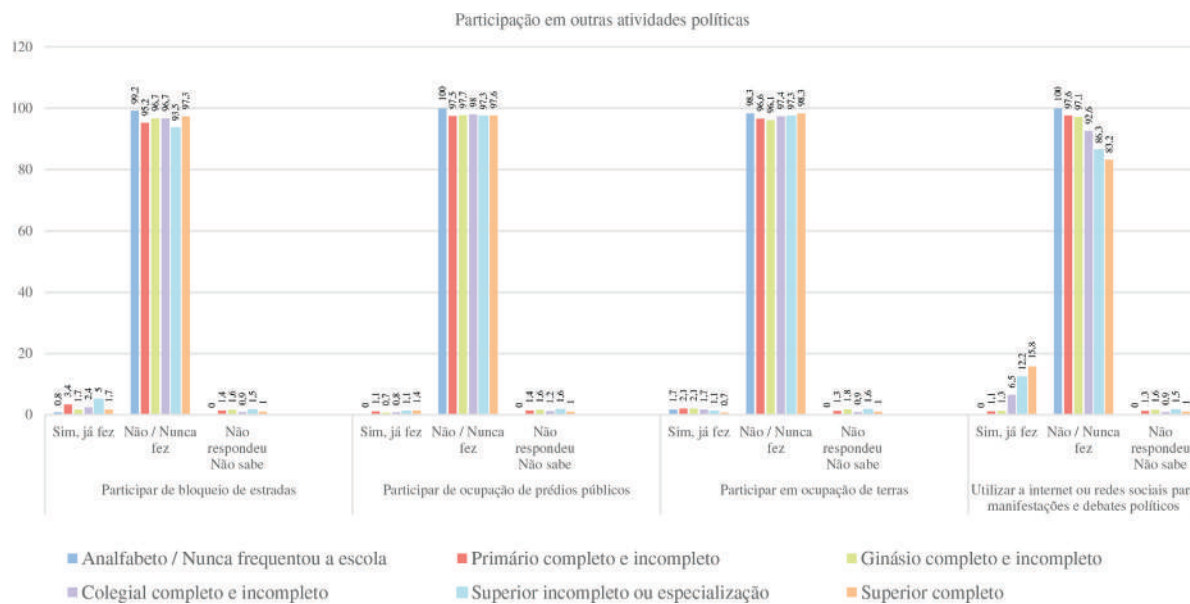
Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 14 - Relação entre participação em atividades políticas tradicionais e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 15 - Relação entre participação em outras atividades políticas e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

outras formas de ativismo social – ocupação de prédios públicos (1,4%) e usuários da internet e redes sociais para manifestações e debates políticos (15,8%). Os percentuais foram abaixo da média para os mais escolarizados que disseram ter participado de ocupação de terras (0,7%) e os que participaram de bloqueio de estradas (1,7%).

Os resultados das análises de regressão logística presentes nas Tabelas 13A, 14A e 15A confirmam as observações descritivas ao indicar que, no caso da variável filiação partidária, uma pessoa com a escolaridade desconhecida, filiada a algum partido, tem 2,6 mais chances de ter o ensino superior completo do que uma pessoa que não é filiada a algum partido político. Situação semelhante ocorre em relação à variável filiação à sindicato, em que as pessoas que não são filiadas a algum sindicato tem menores chances de ter o ensino superior completo quando comparadas às pessoas filiadas a algum sindicato. Um pessoa com escolaridade desconhecida e filiada a algum sindicato tem 2,3 mais chances de ter o ensino superior completo do que uma pessoa que não é filiada a nenhum sindicato.

As regressões logísticas também apontam que as pessoas que nunca assinaram nenhum abaixo-assinado possuem menores chances de ter o ensino superior completo quando comparadas às pessoas que já assinaram alguma vez. Uma pessoa com escolaridade desconhecida e que já tenha assinado um abaixo-assinado tem 2,9 mais chances de ter o ensino superior completo em comparação a uma pessoa que nunca assinou um abaixo-assinado. Em relação a participação em manifestações e protestos, a análise indica que aqueles que nunca participaram têm menos chances de ter o ensino superior completo quando comparadas às pessoas que já participaram. No caso, uma pessoa de escolaridade desconhecida e que já participou de manifestações e protestos tem 2,2 mais chances de ter completado o ensino superior quando comparada a alguém que nunca participou de manifestações e protestos. O mesmo ocorre em relação à variável de participação em greves: as pessoas que nunca participaram têm menos chances de ter completado o ensino superior quando comparadas às pessoas que já participaram. Nessa análise, observamos que uma pessoa com a escolaridade desconhecida e que já tenha participado de alguma greve tem 2,9 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparada a uma pessoa que nunca participou.

Para as variáveis sobre participação em bloqueio de estrada, ocupação de prédios públicos e ocupação de terras, a Tabela 15A aponta que não foi encontrada nenhuma diferença estatisticamente significativa entre o fato de uma pessoa ter ou não participado dessas atividades políticas e sua relação com a escolaridade superior. Já para a variável sobre utilização da internet para manifestações e debates políticos a mesma tabela aponta que as pessoas que nunca recorreram a esse recurso tem menos chances de ter o ensino superior quando comparadas àqueles que o utilizaram. Em linhas gerais, uma pessoa com escolaridade desconhecida que tenha participado de manifestações ou debates políticos por via da internet tem 4,2 mais chances de ter o ensino superior completo ao compararmos com uma pessoa que nunca tenha participado dessa maneira.

III.4. Avaliação e satisfação com a democracia

A última categoria de variáveis que analisamos é a avaliação e satisfação dos cidadãos em relação ao processo democrático, composta por cinco questões ou afirmações em que os respondentes manifestam seus conceitos sobre as mesmas.

Quando diante da afirmação de que a democracia tem alguns problemas, mas é melhor que qualquer outra forma de governo, 34,4% do total disseram que concordam muito, 32,4% disseram que concordam um pouco, 17,9% nem concordam, nem discordam, 4,6% discordam um pouco, 4,2% discordam muito, 0,7% não responderam e 5,8% não souberam dizer. Se somarmos o percentuais daqueles que concordam muito e concordam um pouco, temos 66,8% do total que apoiam a democracia como melhor que qualquer outra

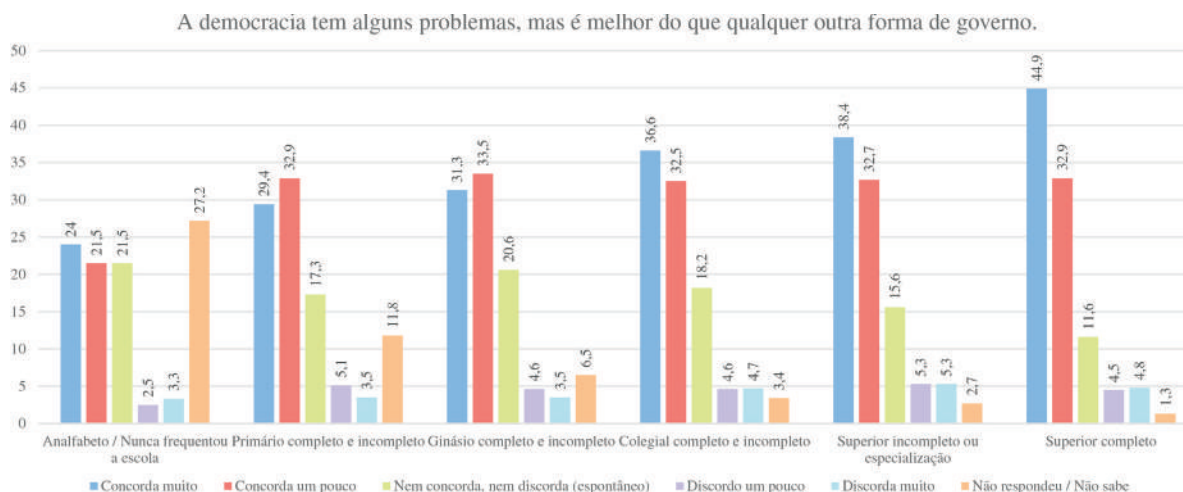
forma de governo. Entre os que possuem o ensino superior completo observamos um comportamento distinto da média: 44,9% concordam muito, 32,9% concordam um pouco, 11,6% nem concordam, nem discordam, 4,5% discordam um pouco, 4,8% discordam muito, 0,3% não responderam e 1,0% não souberam dizer (ver Gráfico 16). Assim sendo, ao somarmos os que concordam muito e os que concordam um pouco, chegamos ao percentual de 77,8% que acreditam ser a democracia melhor que qualquer outra forma de governo. A partir da análise horizontal do Gráfico 16, notamos a tendência de que quanto maior o nível de escolaridade, maior é o reconhecimento da democracia como melhor que qualquer outra forma de governo.

A análise logística, presente na Tabela 16A, indica que as pessoas que não tem opinião formada são as que menos chances possuem de ter o ensino superior completo. Além disso, aqueles que discordam, são neutros ou que concordam um pouco com “a democracia tem alguns problemas mas é melhor que qualquer outra forma de governo” têm 1,53 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparados aos que não têm opinião a respeito. Já os que concordam muito com essa afirmação têm 1,93 vezes mais chances de ter o ensino superior completo.

Na sequência, questiona-se se a democracia é sempre a melhor forma de governo, se em algumas situações é melhor uma ditadura ou se tanto faz. Sob esse formato mais detalhado, os percentuais sofreram uma pequena variação: 62,1% do total disseram que a democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo, 10,3% disseram que em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia, 8,6% disseram que tanto faz ou que nenhuma das duas é melhor, 2,5% não responderam e 16,5% não souberam responder. Ao compararmos o comportamento entre os diferentes níveis de escolaridade, notamos que os mais escolarizados se distinguem substancialmente dos demais: 75,3% defendem a democracia como melhor forma de governo e 14,4% pontuam que em algumas situações a ditadura é melhor que a democracia, tal como mostra o Gráfico 17. Em particular, esse último percentual chamou atenção por demonstrar que quanto mais escolarizado maior é o percentual daqueles que consideram que em algumas situações é melhor uma ditadura do que uma democracia.

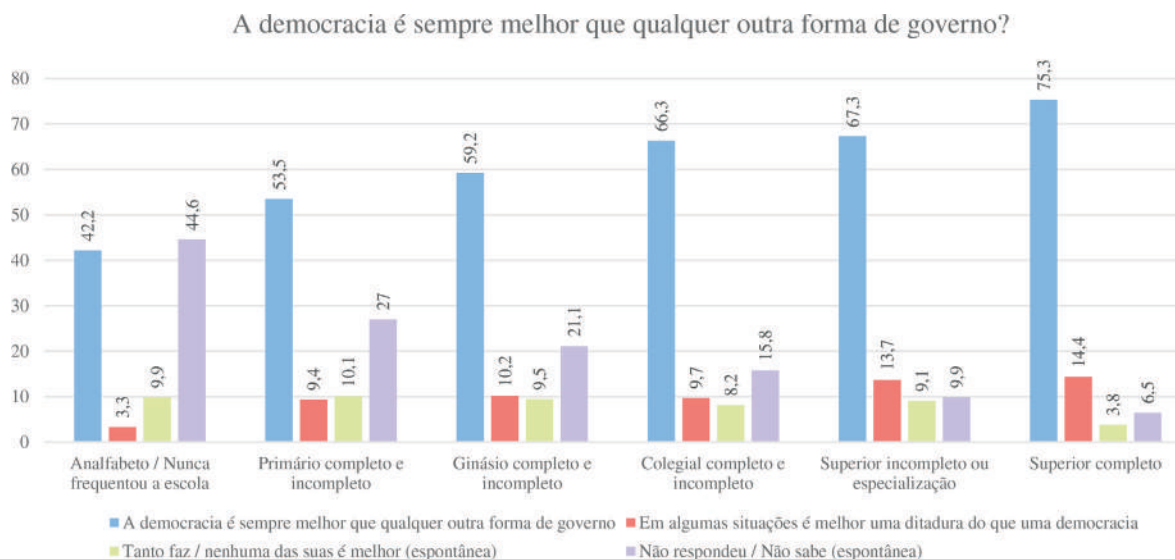
A Tabela 17A nos revela que as pessoas que não têm opinião formada ou são indiferentes são as que menos têm chances de ter o ensino superior completo.

Gráfico 16 - Relação entre opinião sobre a democracia e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 17 - Relação entre “a democracia é sempre a melhor forma de governo” e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

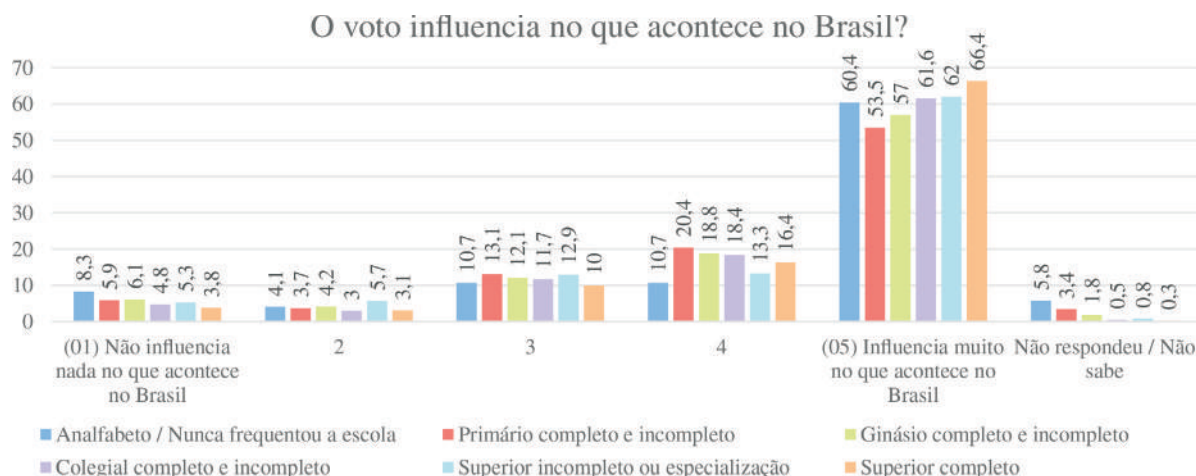
Além disso, aqueles que consideram que a democracia sempre é a melhor forma de governo têm 3,55 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparados aos que não têm opinião ou são indiferentes. Já os que acham que em algumas situações a ditadura é melhor que a democracia têm 4,18 mais chances de ter o ensino superior completo.

No mesmo sentido de avaliar as instituições democráticas, uma das questões solicita aos entrevistados a atribuição de 1 a 5, em que 1 significa que o voto não influencia nada e 5 significa que o voto influencia muito o que acontece no Brasil. Assim sendo, verificamos que, ao somarmos os percentuais daqueles que atribuíram notas 5 (59,3%) e 4 (18,0%), temos um total de 77,3% que tendem a avaliar positivamente a influência do voto, em contraposição àqueles que atribuíram notas 1 (5,4%) e 2 (3,7%), somando 9,1% que consideram que o voto nada ou pouco influencia o que acontece no país. Os mais escolarizados tenderam a se comportar de maneira semelhante aos menos escolarizados, porém com percentuais pouco acima dos demais. Por um lado, somando os que atribuíram nota 5 (66,4%) e 4 (16,4%), obtivemos 82,8% que avaliaram positivamente a influência do voto. Por outro, há 3,8% que atribuíram nota 1 e 3,1% que atribuíram nota 2, ou seja, 6,9% consideram que o voto influencia nada ou pouco o que acontece no Brasil (Gráfico 18).

Os resultados da Tabela 18A mostram que aqueles que responderam que o voto influencia muito o que acontece no Brasil têm mais chances de ter o ensino superior completo quando comparados àqueles que não acreditam que o voto influencia o que acontece no Brasil. Mais especificamente, uma pessoa de escolaridade desconhecida e que acredita que o voto influencia muito tem 1,34 mais chances de ter o ensino superior completo quando comparada àqueles que não acreditam em sua influência.

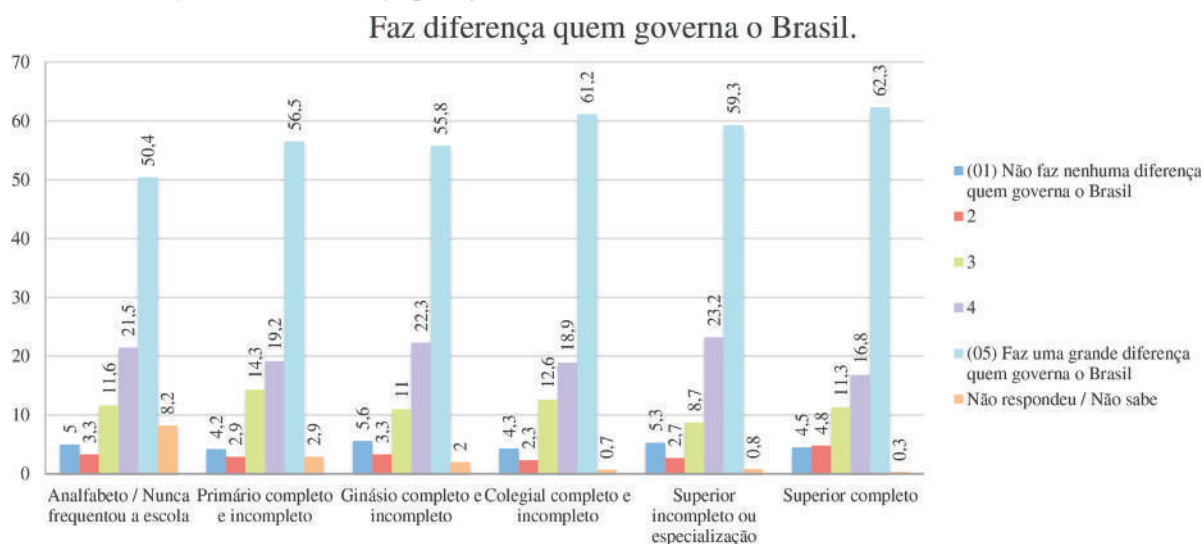
Tal comportamento se repete quando, da mesma forma, os entrevistados atribuíram nota de 1 a 5, em que 1 significa que não faz nenhuma diferença quem governa e 5 que faz uma grande diferença. Ao somarmos o total daqueles que atribuíram nota 5 e 4 temos 78,5% que consideram que faz diferença quem governa; entre os que atribuíram notas 1 e 2, temos 7,7% que dizem que não faz diferença. Entre os mais escolarizados, os que atribuíram nota 5 e 4 somam 79,1%, e os que atribuíram nota 1 e 2, somam 9,3% (Gráfico 19). Numa leitura

Gráfico 18 - Relação entre opinião sobre a influência do voto e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

Gráfico 19 - Relação entre “faz diferença quem governa o Brasil” e escolaridade (%)

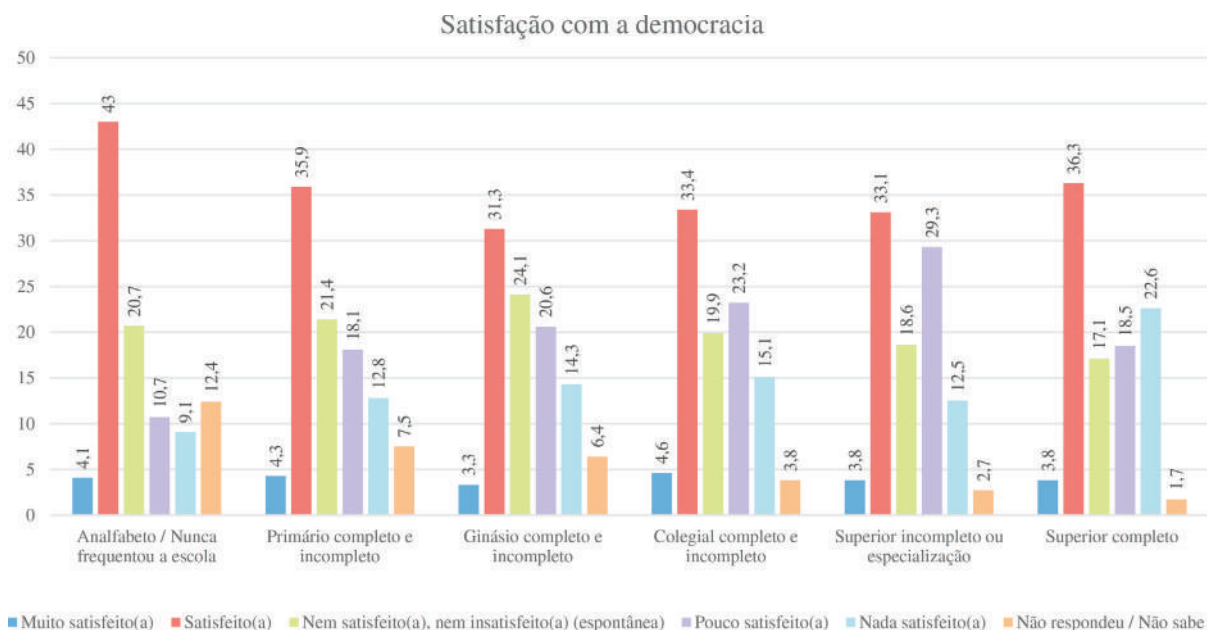


Fonte: ESEB (2014).

horizontal do Gráfico 19, podemos observar que quanto maior o nível de escolaridade, maior também será a tendência a avaliar que faz muita diferença quem governa o Brasil. Todavia, a análise de regressão logística aponta que todos os níveis dessa variável são estatisticamente iguais. Em outras palavras, não é possível encontrar diferença significativa entre os níveis atribuídos a essa variável e o fato de ter ou não o ensino superior completo (Tabela 19A).

Finalmente, outra variável que apresenta dados importantes é a que questiona o quanto o entrevistado está satisfeito com o funcionamento da democracia no Brasil. Sobre esse aspecto, do total de respondentes, 4,1% disseram estar muito satisfeitos, 34% disseram estar satisfeitos, 20,8% nem satisfeitos, nem insatisfeitos, 21,2% pouco satisfeitos, 14,7% nada satisfeitos, 0,5% não responderam e 4,7% não sabem dizer. Em relação ao comportamento dos que concluíram o ensino superior, verificamos que 3,8% afirmaram estar muito satisfeitos, 36,3% satisfeitos, 17,1% nem satisfeitos, nem insatisfeitos, 18,5% pouco satisfeitos, 22,6% nada satisfeitos, 0,7% não responderam e 1,0% não souberam re-

Gráfico 20 - Relação entre satisfação com a democracia e escolaridade (%)



Fonte: ESEB (2014).

sponder (Gráfico 20). Ao compararmos o comportamento entre os diferentes níveis de escolaridade, notamos que os mais escolarizados tendem a estar menos satisfeitos com o funcionamento da democracia. Esses dados são confirmados pela regressão logística, que indica que aqueles que responderam estar pouco ou nada satisfeitos com a democracia têm mais chances de ter o ensino superior completo quando comparados aos demais. Em específico, as pessoas nada satisfeitas com a democracia têm 5,3 mais chances de ter o ensino superior completo, salientando uma clara insatisfação (Tabela 20A).

IV. Conclusões

Após a descrição das frequências simples e análise das regressões logísticas, podemos tecer algumas considerações, relacionando-as às principais teorias, sistematizando e apontando possíveis tendências e desafios aos estudos sobre comportamento político no Brasil.

Ao destacarmos a variável escolaridade superior, além de identificarmos alguns aspectos do comportamento político de uma parcela específica da sociedade, podemos verificar a aplicabilidade de algumas teorias sobre o caso brasileiro. A maioria das descrições e testes estatísticos aponta para a influência, em distintas proporções, da escolaridade sobre as variáveis socioeconômicas, de interesse e informação política, de participação nas eleições e outras atividades políticas, de avaliação e satisfação com a democracia no Brasil.

No que se refere ao perfil socioeconômico dos mais escolarizados, as descrições e regressões ressaltam a significância entre a escolaridade superior e as variáveis gênero, faixa etária, faixa de renda familiar e região do país. Em outras palavras, os testes apontam para a maior probabilidade de terem completado o ensino superior as mulheres, as pessoas entre 25 e 34 anos, aqueles com renda familiar entre 2 e 5 salários mínimos e os que vivem sobretudo na região Sudeste. Vale destacar o predomínio de mulheres, que ultrapassam em 15% o número de homens nesse mesmo nível educacional; um público relativamente jovem, entre 25 e 34 anos, que apresenta o maior percentual de concluintes do

ensino superior e o potencial de crescimento desta parcela em razão dos 29,3% que possuem o ensino superior incompleto e que, parte desse conjunto, deve integrar o grupo dos mais escolarizados nos próximos anos. Destaca-se também a faixa de renda familiar, também vista como uma variável dependente, uma vez que percebemos que os mais escolarizados tendem a ter renda superior aos dos demais níveis de escolaridade. Também se destaca a forte concentração dos mais escolarizados na região Sudeste, apesar do crescimento das outras regiões do país, que também têm recebido incentivos governamentais para a expansão do acesso ao ensino superior, sobretudo a partir da década de 1990.

A segunda categoria de análise, relativa ao interesse por política, verificou que, no geral, o brasileiro é pouco ou nada interessado por política – e isso não nos surpreendeu. Reafirmamos a tendência já evidenciada por Dalton (2009), numa perspectiva internacional, e por Moisés e Meneguello (2013), numa análise nacional, de que os brasileiros pouco se interessam por política. Entretanto, o comportamento dos mais escolarizados se distingue dos demais, na medida em que tendem a ser, levemente, os que mais demonstram interesse por política. As análises logísticas refletem esse cenário e indicam uma relação significativa entre a escolaridade superior e o interesse por política. Na prática, os mais interessados têm mais chances de ter o ensino superior completo quando comparados aos demais níveis de escolaridade, além de serem estes os que mais se dispõem ao voto caso o mesmo não fosse obrigatório.

Os mais escolarizados são os mais propícios a votar, mesmo se o voto não fosse obrigatório, a ter o costume de ler jornal, impresso ou digital, e a recorrer aos telejornais nacionais e regionais para obter informações em geral, inclusive sobre política. Apesar dos testes não identificarem significância entre os baixos percentuais, a análise descritiva sugere que os que têm ensino superior são os que mais ouvem notícias pelo rádio. De toda maneira, podemos dizer que os mais escolarizados têm mais probabilidade de ser os mais bem informados sobre a conjuntura política, independentemente de seus valores e posicionamentos ideológicos.

O interesse, a informação e a participação política são variáveis que podem nos remeter ao conceito de capital social, ao elencarem os meios pelos quais os cidadãos obtêm informações sobre a sociedade a que pertencem e sobre as instituições que estimulam os vínculos de comunidade e sentimento de pertencimento, servindo a cada membro como referência de valores e opiniões políticas. A partir dessas variáveis, identificamos as diferentes formas de interação social e como elas afetam o governo e a democracia.

É nesse sentido que a terceira categoria de análise dispõe sobre a participação política dos brasileiros nos 1º e 2º turnos das eleições de 2014 e 2010, além das formas de participação tradicionais e outras formas de ativismo social ou engajamento cívico. Sobre esses aspectos, salientamos os percentuais muito altos, que chegam aos 90,2%, de participação no 1º turno e 89,8% no 2º turno das eleições de 2014. Entre os que possuem o ensino superior completo os percentuais são ainda maiores: 93,8% no 1º turno e 92,5% no 2º turno.

Acerca do voto nas eleições de 2010, verificamos que os mais escolarizados não são apenas o que mais participaram, mas também os que mais lembraram de sua participação nos pleitos. Há uma diferença média de praticamente 10% entre aqueles que, no geral, votaram nos 1º e 2º turnos, comparados àqueles que possuem o ensino superior completo. Assim, podemos dizer que, de fato, há uma considerável distinção comportamental entre essa parcela da população. Da mesma maneira, apesar dos baixos percentuais, são os mais escolarizados que tendem a ser mais participativos tanto das formas tradicionais quanto das outras formas de ativismo social ou engajamento cívico e político no Brasil. Os testes estatísticos nos revelam que os mais escolarizados têm mais chances de

participar das outras formas de atividade política, exceto quando diz respeito a bloqueios de estradas, ocupação de prédios públicos e ocupação de terras que os testes indicaram diferenças não significativas.

Em relação às considerações sobre a quarta categoria de análise, de avaliação e satisfação política, destacamos que, em sua maioria, os brasileiros avaliam positivamente a asserção “a democracia é a melhor forma de governo”. Tal avaliação é ainda maior entre os mais escolarizados, chegando a 77,8%. Somados à análise das regressões logísticas, os dados nos permitem reconhecer que quanto maior a escolaridade, maior é a avaliação positiva e reconhecimento da democracia como melhor forma de governo. Mais uma vez, os dados obtidos corroboram com a análise de Moisés (2013, p.51) que afirma que “a democracia é o regime político preferido por mais de dois terços dos cidadãos brasileiros”. Contudo, o autor também destaca atitudes contraditórias de adesão à democracia e de desconfiança com as instituições políticas. Ao mesmo tempo que consideram a democracia a melhor forma de governo, os brasileiros apresentam sentimentos ambíguos em relação às normativas e dinâmicas das instituições democráticas, baixos índices de confiança interpessoal e baixos níveis de participação política, como afirmamos acima.

Essa observação vai ao encontro dos dados que obtivemos no ESEB 2014 em que, no geral, 62,1% disseram que a democracia é sempre a melhor forma de governo, porém, 10,3% responderam que em algumas situações a ditadura é melhor. Sobre esse aspecto o que nos chamou atenção é a tendência de quanto maior o nível de escolaridade, maior o apoio à ditadura como melhor forma de governo. Mesmo que entre os mais escolarizados o apoio à democracia seja de 75,3%, nesse mesmo grupo encontramos o maior percentual daqueles que apontam a ditadura como a melhor forma de governo em algumas situações. Os testes estatísticos indicam que entre aqueles que admitem que em algumas situações a ditadura é uma forma de governo melhor que a democracia temos 4,18 mais chances de encontrarmos pessoas com o ensino superior completo.

Em relação à importância do voto e se faz diferença quem governa o Brasil, o comportamento dos brasileiros é semelhante. A análise descritiva revelou que tanto os menos quanto os mais escolarizados tendem a considerar que o voto influencia o que acontece no Brasil e que faz diferença quem governa, apesar dos testes estatísticos indicarem que para esta última variável as diferenças não são significativas.

Entretanto, apesar dessas avaliações positivas, a satisfação dos brasileiros em relação ao funcionamento da democracia no país é muito baixo. No geral, apenas 38,1% se dizem satisfeitos e outros 56,7% manifestaram-se indiferentes, pouco satisfeitos ou nada insatisfeitos. Esse quadro é muito semelhante entre os mais escolarizados, em que 40,1% se dizem satisfeitos e outros 58,2% compõem o grupo de indiferentes, pouco e/ou nada satisfeitos. Ainda destacamos que neste último grupo estão presentes os 22,6% de nada satisfeitos, o que demonstra que os mais escolarizados tendem a estar menos satisfeitos com o funcionamento da democracia. Estatisticamente, os mais insatisfeitos tendem a ser os mais escolarizados.

Finalmente, a partir dos dados obtidos pela quarta onda do ESEB 2014, podemos dizer que a escolaridade é uma variável capaz de influenciar o comportamento do cidadão brasileiro. Embora os percentuais de interesse e participação sejam baixos, os mais escolarizados demonstram-se mais interessados, mais propensos a colher informações e mais participativos quando comparados aos demais. Essa informação reproduz a tendência que Dalton (2009), Norris (2011) e Moisés e Meneguello (2013) já haviam apontado em suas pesquisas. São os mais escolarizados também os que mais tendem a apoiar as instituições e a considerar a democracia como a melhor forma de governo.

Porém, é entre eles que encontramos os maiores percentuais dos que apoiam a ditadura em algumas situações. Além disso, os que têm ensino superior são os mais críticos (Norris 2011), senão ambivalentes (Moisés 2013), uma vez que demonstram ser os mais insatisfeitos com o funcionamento da democracia no Brasil.

Estudos ainda mais detalhados, sistematizados e que comparem a evolução dos números precisam ser elaborados e acompanhados no intuito de testar as variáveis que, agrupadas à escolaridade, sejam capazes de influenciar o comportamento político brasileiros. É necessário também despertar a atenção de estudiosos para identificar possíveis novas formas de engajamento cívico e político, incluindo essas variáveis em seus estudos e *surveys*. Esse é um desafio a ser enfrentado.

André Luiz Vieira Dias (andrelvdias@me.com) é Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara. Vínculo Institucional: Universidade Estadual Paulista, Araraquara, SP, Brasil.

Maria Teresa Miceli Kerbaui (kerbaui@travelnet.com.br) é Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Araraquara e bolsista de produtividade do CNPq.

Referências

- Almond, G. & Verba, S., 1963. *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press.
- Berinsky, A. & Lenz, G., 2011. Education and Political Participation: Exploring the causal link. *Political Behavior*, 33, pp.357-373. DOI: 10.1007/s11109-010-9134-9
- Brody, R., 1978. The Puzzle of Political Participation in America. In A. King, ed. *The New American Political System*. Washington, D.C.: American Enterprise Institute.
- Butler, D. & Stokes, D., 1969. *Political Change in Britain: Forces shaping electoral choice*. Basingstoke: Macmillan.
- Campbell, A.; Converse, P.; Miller, W. & Stokes, D., 1960. *The American Voter*. New York: Wiley.
- Coleman, J.S., 1990. *Foundations of Social Theory*. Cambridge, MA: Belknap.
- Converse, P., 1964. The Nature Belief of Belief Systems in Mass Publics. In D. Apter, ed. *Ideology and Discontent*. New York: Free Press.
- _____, 1972. Change in the American Electorate. In A. Campbell & P. Converse, eds. *The Human Meaning of Social Change*. New York: Russell Sage Foundation.
- Dahl, R., 1989. *Democracy and its Critics*. New Haven: Yale University Press.
- Dalton, R.J., 2009. *The Good Citizen: How younger generation is reshaping American politics*. Washington, D.C.: CQ Press.
- _____, 2014. *Citizen Politics: Public opinion and political parties in advanced industrial*. Los Angeles: Sage Publications.
- Dalton, R.J. & Klingemann, H., 2007. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. New York: Oxford University Press.
- Hibbing, J.R. & Theiss-Morse, E., eds. 2002. *Stealth Democracy: Americans' beliefs about how government should work*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Hyllagus, S., 2005. The Missing Link: Exploring the relationship between higher education and political engagement. *Political Behavior*, 27(1), pp.25-47. DOI 10.1007/s11109-005-3075-8
- Kuklinsky, J.H. & Peyton, B., 2007. Beliefs Systems and Political Decision Making. In R.J. Dalton & H. Klingemann. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. New York: Oxford University Press.
- Lewis-Beck, M.S., eds. 2008. *The American Voter Revisited*. Ann Arbor: The University of Michigan Press.
- Lin, N.; Cook, K. & Burt, R., 2001. *Social Capital: Theory and research*. New York: Aldine de Gruyter.
- Lupia, A. & McCubbins, M., 1998. *The Democratic Dilemma: Can citizens learn what they need to know?* Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- Meneguello, R., 2005. Government Popularity and Public Attitudes to Social Security Reform in Brazil. *International Journal of Public Opinion Research*, 17(2), pp.173-189. DOI: 10.1093/ijpor/edh066
- _____, 2006. Aspects of Democratic Performance: Democratic Adherence and Regime Evaluation in Brazil. *Revue Internationale de Sociologie*, 16(3), pp.617-635. DOI: 10.1080/03906700600931426
- Moisés, J.A., 2008. Cultura Política, Instituições e Democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23(66), pp.11-43. DOI: 10.1590/S0102-69092008000100002
- Moisés, J.A. & Meneguello, R., 2013. Os efeitos da desconfiança política para a legitimidade democrática. In _____, eds. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Edusp.
- Norris, P., 2011. *Democratic Deficit: Critical citizens revisited*. New York: Cambridge University Press.

- Nie, N.H. & Hillygus, D.S., 2001. Education and Democratic Citizenship: Explorations into the effects of what happens in pursuit of the baccalaureate. In D. Ravitch & J. Viteritti, eds. *Education and Civil Society*. New Haven: Yale University Press.
- Putnam, R., 2000. *Bowling Alone: The collapse and revival of American Community*. New York: Simon & Schuster.
- Schlegel, R., 2010. *Educação e comportamento político: os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- _____, 2013. A educação brasileira e seus retornos políticos decrescentes. In J.A. Moisés & R. Meneguello, eds. *A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia*. São Paulo: Edusp.
- Schlozman, K.L., 2002. Citizen Participation in America: What do we know? Why do we care? In I. Katznelson & H.V. Milner, eds. 2002. *Political Science: State of the discipline*. New York: W.W. Norton and Co.
- Singer, A.V., 2000. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp.
- _____, 2012. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Stolle, D., 2007. Social Capital. In R.J. Dalton & H-D. Klingemann. *The Oxford Handbook of Political Behavior*. New York: Oxford University Press.
- Verba, S.; Schlozman, K.L. & Brady, H.E., 1995. *Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Wolfinger, R.E. & Rosenstone, S.J., 1980. *Who Votes?* New Haven: Yale University Press.

Outras fontes

ESEB, 2011. Tendências: ESEB-CSES 2010. *Opinião Pública*, 17(2), pp.516-540. DOI: 10.1590/S0104-62762011000200010

Abstract

The objective of this article is to analyze the influence of the variable schooling on the political behavior of Brazilians. It starts from the assumption that this is an independent variable capable of awakening a more interested, participatory and coherent behavior, therefore, engaged citizens. In this sense, we seek to verify that Brazilian citizens are informed and interested in politics; motivated to participate in elections and other political activities; and their assessment and satisfaction with the democratic process. In particular, there is the behavior of those who have completed higher education, compared to other levels of education in order to identify distinct behavioral patterns. From the data obtained by ESEB 2014 and descriptive analysis of the data, we applied the logistic regression model relating the variable schooling than other variables grouped into four categories: a) socio-economic aspects; b) information and interest in politics; c) participation in the elections, in traditional political activities and other political activities; and d) evaluation and political satisfaction. Thus, it turns out that Brazilians are little or not at all interested in politics; participate in the elections but not in the traditional activities and new forms of political engagement; They support and are fairly satisfied with democracy. For the most educated, we have a predominance of women, a younger audience and with family income subtly than the less educated. Those who have completed higher education tend to behave differently: they are slightly more informed and interested in politics; despite the low percentages found, they are the ones that participate in political activities in general; They are the ones who support democracy, but the most dissatisfied with their operation. This study allows us to understand the behavior patterns of Brazilians and, more specifically, the most educated, poorly studied by political science in Brazil.

KEYWORDS: political behavior; civic engagement; higher education; political interest; political participation.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (CC-BY-NC 4.0), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Apêndice 1

O modelo logístico é utilizado quando a variável resposta é qualitativa – como é o caso da escolaridade – com dois possíveis resultados, na qual a probabilidade de sucesso é dada por π e a probabilidade de fracasso é dada por $1 - \pi$, ou seja, a probabilidade de ocorrência e não ocorrência de um evento de interesse. Tal modelo objetiva estimar π , relacionando-o às covariáveis por meio da função de ligação *logit*. Como a relação funcional entre a probabilidade de sucesso e a covariável é não linear, a interpretação usual do modelo normal não funciona. O método usual de interpretação é baseado na razão de chances (*odds ratio*). Essa medida nada mais é do que a razão entre as chances de um evento ocorrer em um certo grupo 1 e as chances de ocorrer em um outro grupo 2. Uma razão de chances com valor igual a 1 significa que não há diferença entre o grupo 1 e o grupo 2; se essa medida for maior do que 1, as chances de ocorrer o evento é maior para o primeiro grupo quando comparado com o segundo. Analogamente, quando a razão de chances for menor do que 1, as chances de sucesso são maiores no segundo grupo quando comparado com o primeiro.

Tabela 1A – Regressão logística entre sexo e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,4		< 0,0001
Sexo	Feminino	0,23	1,26	0,067

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 2A – Regressão logística entre faixa etária e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,59		< 0,0001
Faixa etária	25 a 44 anos	0,63	1,88	< 0,0001

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 3A – Regressão logística entre faixa de renda familiar e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,93		< 0,0001
Faixa de renda familiar	Até 5 salários mínimos	-0,93	0,4	< 0,0001
Faixa de renda familiar	Mais de 5 salários mínimos	1,02	2,79	< 0,0001

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 4A – Regressão logística entre região do país e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,49		< 0,0001
Região do país	CO e SE	0,34	1,4	= 0,012

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 5A – Regressão logística entre interesse por política e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,8		< 0,0001
Interesse por política	Muito interesse	1,6	4,97	< 0,0001
Interesse por política	Interesse	0,89	2,45	< 0,0001
Interesse por política	Pouco interesse	0,35	1,42	0,0427

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 6A – Regressão logística entre votaria se o voto não fosse obrigatório e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,91		< 0,0001
Nas eleições deste ano, se o voto não fosse obrigatório o(a) sr(a) teria ido votar?	Não / Talvez / Depende	-0,74	0,48	< 0,0001

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 7A – Regressão logística entre leitura de jornal e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,69		< 0,0001
O(a) sr(a) costuma ler jornal? Caso sim, o(a) sr(a) tem costume de ler jornal na versão impressa, na versão digital pela internet ou ambas?	Não lê	-1,59	0,2	< 0,0001
O(a) sr(a) costuma ler jornal? Caso sim, o(a) sr(a) tem costume de ler jornal na versão impressa, na versão digital pela internet ou ambas?	Não sabe / Não respondeu / Não se aplica	-1,05	0,45	0,04

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 8A – Regressão logística entre assistir telejornal nacional e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,98		< 0,0001
Essa semana o(a) sr(a) assistiu algum telejornal de transmissão nacional, ou seja, que passa em todo Brasil?	Não assistiu	0,54	0,58	0,0023

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 9A – Regressão logística entre assistir telejornal regional e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,13		< 0,0001
Essa semana o(a) sr(a) assistiu algum telejornal regional, ou seja, que passa notícias de sua cidade ou região?	Não assistiu	-0,62	0,54	0,0001

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 10A – Regressão logística entre ouvir notícias no rádio e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro	$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto	-2,17		< 0,0001
O(a) sr(a) ouviu notícias no rádio essa semana?			
Não ouviu	-0,2	0,82	0,1102

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 11A – Regressão logística entre votou nos 1º e 2º turno de 2014 e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro	$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto	-2,25		< 0,0001
Votou no 1º turno de 2014			
Não votou e não justificou	-1,4	0,25	0,1102
Parâmetro	$\hat{\beta}$		p-valor
Intercepto	-2,25		< 0,0001
Votou no 2º turno de 2014			
Não votou e não justificou	-1,1	0,33	0,0319

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 12A – Regressão logística entre votou nos 1º e 2º turno de 2010 e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro	$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto	-2,18		< 0,0001
Votou no 1º turno de 2010			
Não votou / Era menor de 18 anos	-1,58	0,21	0,0002
Votou no 1º turno de 2010			
Não votou e não justificou	-0,79	0,46	0,128
Parâmetro	$\hat{\beta}$		p-valor
Intercepto	-2,18		< 0,0001
Votou no 2º turno de 2010			
Não votou / Era menor de 18 anos	-1,57	0,21	0,0002
Votou no 2º turno de 2010			
Não votou e não justificou	-0,69	0,5	0,138

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 13A – Regressão logística entre filiação partidária, filiação sindical e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro	$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto	-1,36		< 0,0001
Filiação partidária			
Não	0,95	0,39	0,0007
Filiação partidária			
Não / Não respondeu / Não se aplica	-1,31	0,27	0,0465
Parâmetro	$\hat{\beta}$		p-valor
Intercepto	-1,56		< 0,0001
Filiação à sindicato			
Não	-0,81	0,44	< 0,0001

Fonte: (ESEB 2014).

la 14A – Regressão logística entre abaixo-assinado, manifestações e protestos, greves e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,46		< 0,0001
Assinar um abaixo-assinado (inclusive pela internet)	Não	-1,08	0,34	< 0,0001
Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,56		< 0,0001
Participar de manifestações e protestos	Não	-0,79	0,46	< 0,0001
Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,33		< 0,0001
Participar de greve	Não	1,06	0,46	< 0,0001
Participar de greve	Não sabe / Não respondeu / Não se aplica	-1,59	0,2	0,0326

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 15A – Regressão logística entre participação em outras atividades políticas e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,68		< 0,0001
Participar de bloqueio de estrada	Não	0,42	0,61	0,0324
Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-1,79		0,0009
Participar de ocupação de prédios públicos	Não	-0,49	0,62	< 0,0001
Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-3,26		< 0,0001
Participar de ocupação de terras	Não	0,99	2,71	0,169
Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-0,96		< 0,0001
Utilizar a internet ou redes sociais para manifestações ou debates políticos	Não	-1,45	0,24	< 0,0001
Utilizar a internet ou redes sociais para manifestações ou debates políticos	Não sabe / Não respondeu / Não se aplica	-1,49	0,22	0,0167

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 16A – Regressão logística entre opinião sobre a democracia e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-3,32		< 0,0001
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.	Concorda um pouco / Indiferente / Discorda um pouco / Discorda muito	1,53	4,63	0,0028
A democracia tem alguns problemas, mas é melhor do que qualquer outra forma de governo.	Concorda muito	1,93	6,92	0,0002

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 17A – Regressão logística entre opinião sobre a democracia como sendo sempre a melhor forma de governo e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-3,91		< 0,0001
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo.	A democracia é sempre a melhor	1,27	3,55	< 0,0001
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo.	Em algumas situações é melhor a uma ditadura	1,43	4,18	< 0,0001

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 18A – Regressão logística entre opinião sobre a influência do voto e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-2,48		< 0,0001
Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5, sendo que 1 significa que “o voto não influencia nada no que acontece no Brasil” e 5 significa que o voto “influencia muito no que acontece no Brasil”. Que nota representa sua opinião?	(5) Influencia muito	0,33	1,34	0,0101

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 19A – Regressão logística entre opinião sobre se faz diferença quem governa e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-3,97		< 0 0001
Gostaria que o(a) sr(a) desse uma nota de 1 a 5 sendo que 1 significa que “não faz nenhuma diferença quem governa o Brasil” e 5 que “faz diferença quem governa o Brasil. Que nota o(a) sr(a) dá para representar sua opinião?	1 - Não influencia nada	1,64	5,14	0,119
	2	2,24	9,39	0,033
	3	1,62	5,05	0,114
	4	1,5	4,5	0,141
A democracia é sempre melhor que qualquer outra forma de governo.	5 – Influencia muito	1,76	5,83	0,0816

Fonte: (ESEB 2014).

Tabela 20A – Regressão logística entre satisfação com a democracia e as significâncias dos parâmetros

Parâmetro		$\hat{\beta}$	$e^{\hat{\beta}}$	p-valor
Intercepto		-3,45		< 0,0001
De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a), ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?	Pouco satisfeito	1,11	3,05	0,0153
De uma maneira geral, o(a) sr(a) está muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a), ou nada satisfeito(a) com o funcionamento da democracia no Brasil?	Nada satisfeito	1,66	5,28	0,0004

Fonte: (ESEB 2014).